



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

**Caminhos da popularização do futebol nas ruas do Rio de Janeiro: um caso de
Polícia (1910-1920)**

Isabela Martins Aragão

Brasília, 2019

ISABELA MARTINS ARAGÃO

**Caminhos da popularização do futebol nas ruas do Rio de Janeiro: um caso de
Polícia (1910-1920)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília

2019



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (HIS – UnB)

Prof.a. Dra. Neuma Brilhante Rodrigues (HIS – UnB)

Prof. Dr. José Inaldo Chaves Júnior (HIS – UnB)

Data da defesa: 10 de dezembro de 2019

Brasília
2019

AGRADECIMENTOS

A graduação foi uma grande e inusitada conquista na minha família. Com muito orgulho, sou filha de nordestinos que não tiveram a oportunidade de entrar em uma escola. Com isso, não há nenhuma linha neste trabalho na qual eu tenha pensado em meus pais, Maria de Fátima e Francisco Walter. Em que eu não tenha pensado no privilégio de ter tido um pai como o meu, que em hipótese alguma, nunca limitou os meus sonhos ou desejos. Em que não tenha pensado em todos os esforços da minha mãe desde o dia que pisei em uma escola na minha vida. Com muito orgulho, agradeço e dedico inteiramente esse trabalho aos meus pais que saíram do sertão cearense rumo ao Rio de Janeiro e por obra do destino se conheceram graças a comunidade da Rocinha. Sem eles, eu nada seria. Sem que eles acreditassem no poder da educação, da leitura, e em mim, nada disso estaria acontecendo. Sei que de onde estiver, meu pai sabe que ele é a maior inspiração para que o futebol tenha se tornado muito mais que uma paixão, mas objeto de pesquisa.

Dedico esse trabalho também para todas as mulheres da minha família. Em especial, minha tia Marcia Rodrigues, que está sempre ao meu lado e apostou no meu sonho de entrar na Universidade Pública. E minha tia Lúcia Martins, a mulher mais forte e sonhadora que já conheci, já que aos 55 anos lutou por seu direito à alfabetização. À minha querida madrinha Cristina Guterres, tão especial. Às minhas queridas vizinhas da comunidade do Estácio que são como mães/tias/avós e por toda contribuição na minha formação: Luzanira, Sâmara, Cleide, Vera, Antônia e Marciele. À Dona Wanda Macedo de Aragão, uma mulher que impulsionou meu amor pelos livros e pelo ato de sonhar. E à todas as professoras e professores que pude aprender nessa caminhada da escola até a Universidade.

Ao meu companheiro Gustavo Oliveira que desde que adentrou minha vida mostra-a de forma muito mais leve e amorosa. Por anos, dividimos mesa de estudo, desabafos e desesperos com a vida estudantil, fazendo da sua companhia algo indispensável.

Ao meu clube de coração, Clube Regatas do Flamengo, por tantas emoções felizes que me fornece! Não há nada mais emocionante do que ver aquele povo lotando o Maracanã, as ruas e bares, amenizando a tristeza de nossa situação política.

Mas se cheguei a Universidade de Brasília eu não poderia deixar de registrar a importância de Gislaine Ribeiro. Ela por anos foi a única pessoa com a qual me senti inteiramente a vontade quando cheguei aqui, e foi com essa mesma hospitalidade, que ela me explicou sobre a UnB, e os sistemas de ingresso. Nesse processo de conhecimento e pré-paixão pela Universidade, também agradeço todo incentivo dado por Isabel Cunha e Aline Brito.

Aos meus amigos da escola e da vida, Juliane Campos, Thaisa Gonçalves, Isabela Ramos, Luca Martins e Gustavo Vanuncio, muito obrigada por nossa trajetória dura e divertida até chegarmos e conquistarmos o sonho da Universidade.

A Universidade de Brasília foi a melhor coisa que aconteceu na minha trajetória. Além de me trazer conhecimento, amadurecimento, oportunidades e reflexões, ela me deu amigos que eu tenho consciência do privilégio de ter conhecido. Esse trabalho também é dedicado à minha grande amiga Bárbara Almeida, um dos melhores seres-humanos que pude encontrar nesse mundo. Ao meu amigo Gustavo Flor que só de estar perto nos incentiva a sonhar e principalmente, ler. Ao meu amigo Marcos Santos que ilumina, alegra e nos inspira com toda sua potência de ser. Ao meu amigo Lucas Barbosa, vascaíno querido que admiro pela forma divertida de levar a vida, deixando-a sempre leve.

Por fim, e não menos importante, gostaria de agradecer a oportunidade única de ter sido estudante da Universidade de Brasília. Ao meu orientador Prof. Mateus Gamba Torres, por ter topado e acreditado no meu tema desde que ela era apenas um projeto a ser apresentado na Universidade de São Paulo em 2018. Ao Prof. José Otávio Guimarães que ministrando a disciplina de Metodologia, deu instruções preciosas para esse trabalho. E a todos os professores da Universidade de Brasília que lutam por uma educação democrática e acessível.

A Universidade pode nos levar a caminhos que achávamos impensáveis para nós. Muitas vezes com o apoio da UnB, este trabalho foi se estruturando depois de muitos seminários, minicursos e congressos pela qual pude participar, apresentando e escutando. Por isso, um agradecimento especial à Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro e seus professores envolvidos que também me auxiliaram até aqui. Resistiremos.

RESUMO

O protagonismo do futebol no Brasil que tem origem no fim do século XIX é inicialmente elitista. O esporte mais amado do país atualmente, foi de antemão, excludente e marginalizadas, tanto para assistir, e principalmente, para praticá-lo desestabilizava o monopólio do futebol que a elite buscava preservar na cidade. Dessa forma, através da análise de periódicos cariocas da época e da historiografia, o presente trabalho pretende refletir acerca do processo da popularização do esporte nas ruas; identificar o discurso elitista, higienizador e civilizador presente no discurso da alta sociedade da época; a tentativa de legitimar as hierarquias sociais, bem como os demais conflitos sociais, culturais, étnicos e econômicos que estão inseridos no contexto.

PALAVRAS-CHAVE

História do Futebol no Brasil; Belle-Époque; História Urbana

ABSTRACT

The protagonism of soccer in Brazil that originated in the late nineteenth century is initially elitist. The most beloved sport in the country today was, beforehand, exclusionary and discriminating. But from the first decade of the twentieth century, the interest of the marginalized layers, both to watch, and especially to practice it, destabilized the soccer monopoly that the elite sought to preserve in the city. Consequently, through the analysis of carioca periodicals of the time and historiography, the present work intends to reflect on the process of popularization of the sport in the streets; identify the elitist, sanitizing and civilizing discourse present in the discourse of the high society of the time; the attempt to legitimize social hierarchies, as well as the other social, cultural, ethnic and economic conflicts that are inserted in the context.

KEYWORDS:

Soccer History of Brazil; Soccer; Belle-Époque; Urban History

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 CAPÍTULO I - A modernização da capital Rio de Janeiro no início do século XX.....	15
1 – Uma “Paris Tropical” às custas de arbitrariedades	15
1.1 – “Cidade Maravilhosa”, para quem?	18
1.2 – Política Higienista na cidade do Rio de Janeiro	22
1.3 – A cidade moderna e a introdução dos esportes	25
 CAPÍTULO II – <i>A perigosa loucura do foot-ball</i> nas ruas cariocas	34
2 – Foot-ball na rua: coisa de “vagabundo” e operário “mal-creado”	34
2.1 – Foot-ball na rua: um caso de polícia que precisa ser combatido	41
2.2 – Ruas cariocas e seus transeuntes: espaço público ou aristocrático?	48
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
 FONTES	56
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o futebol já havia chegado à cidade do Rio Janeiro. A prática do esporte que atualmente é universal, à época ficava restrita às camadas abastadas da sociedade, mais especificamente entre os clubes formados por estrangeiros ou em colégios requintados. Por nascer e se desenvolver entre a elite, o futebol no Brasil inicialmente foi um esporte elitizado que promovia status¹. Gradualmente o futebol foi aderido pelas fábricas, mas seguindo a lógica da elitização, em um primeiro instante ficou limitado aos altos funcionários das companhias e bancos que possuíam grau de formação educacional. Porém, o número raso de funcionários com escolaridade não era suficiente para que algumas fábricas pudessem montar mais de um time para competições, e então, foram de certa forma obrigados a terem que aceitar operários nos grupos, sendo um exemplo o caso da Cia. Progresso e o time Bangu, que recrutou funcionários em sua maioria negros².

O futebol é um esporte emblemático da sociedade industrial e a sua chegada ao território carioca também se configura como um exemplo bastante elucidativo do processo de modernização pelo qual a capital do país vivenciava, um movimento de implementação de ordem capitalista e a formação de uma sociedade urbano-industrial³. A primeira década do século XX na cidade Rio de Janeiro é marcada por conflitos e tensões trabalhistas, habitacionais, raciais e étnicas concomitante às reformas urbanísticas – inclusive na esfera de valores morais. A jovem república buscava erguer uma cidade ‘civilizada’ nos moldes europeus, onde os hábitos e costumes da população marginalizada fossem levadas à condenação e a consequente expulsão da área central da cidade. Em suma, o projeto de modernização da cidade visava fazer da capital um espaço normatizador de valores da alta sociedade⁴.

No entanto, por mais que a elite buscasse discursos que restringissem a prática do futebol apenas para os *sportmens* e em locais considerados adequados para tais eventos, a bola acabou cativando o interesse das camadas sociais que não desfrutavam do privilégio econômico de integrar os seletos clubes ou estudar nas escolas onde estavam a maior parte dos filhos dos

¹ CALDAS, W. *Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro*. Revista USP, n. 22, p. 42, 30. ago. 1994.

² MALAIA, João Manuel. *O futebol na cidade do Rio de Janeiro: microcosmo dos mecanismos de poder e exclusão no processo de urbanização das cidades brasileiras (1901-1933)*. In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, 2008, São Paulo, SP: ANPUH/SP, 2008. p.1.

³ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte – O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 21.

⁴ Ibid. p.17

“barões do café”. E dessa forma, a ideia da possibilidade de popularização do futebol, que se mostrava inevitável, trazia temor àquela camada da sociedade elitizada que desfrutava do senso de hierarquia e ranço escravocrata⁵.

A partir de 1910, as práticas do esporte nas ruas da cidade do Rio de Janeiro ganham cada vez mais destaque nos periódicos cariocas, com inúmeras reportagens que em, tom de denúncia, sobretudo por parte dos moradores, relatavam que o ato do jogo nas ruas expunham atitudes pejorativas, devendo ser criminalizadas e combatidas por forças policiais, como se observa na nota de agosto de 1917 do jornal *A Noite*:

A paixão por esse jogo chegou a tal exagero que em certos casos precisa de repressão policial. Já meninos, que se apossam das ruas transversais, em calçadas de quase todos os bairros, para os seus exercícios, com prejuízo das propriedades laterais, dos respectivos moradores e dos transeuntes. [...] Estas e outras vítimas do football da rua pedem-nos que solicitemos do Sr. Chefe de polícia recomendação especial aos delegados para ordenarem aos *rondantes* a proibição de tal abuso. Essa medida é de toda a justiça e de urgência pois não é possível que a via pública continue a servir de campo *sportivo* a quem quer que seja.⁶

O fim da prática nas ruas, segundo o redator da nota, era considerado uma demanda não apenas de urgência, mas de justiça para com as *vítimas do football*. Aclamava-se pela repressão policial e a consequente proibição nas vias públicas, uma vez que o esporte estava se proliferando por elas.

Apesar do futebol ter adquirido caráter de status social e respaldo moral, a sua prática não necessitava de muitos instrumentos ou custos como os demais esportes famosos do período. E a falha da tentativa de restringir o jogo para as camadas altas já se mostrava aparente, como descrito no Jornal *O Paiz*, de dezembro de 1913:

Não há um canto de rua, que nem sequer precisa ser solitária, em que se não se reúnam dez ou doze pessoas a dar perigosos e inconsequentes pontapés em tudo quanto é, ou tem uma vaga semelhança com bola, desde as autênticas destinadas aquele jogo, até as inofensivas abóboras, com escala por limões, laranjas e outros produtos de quitanda.⁷

Assim, a disseminação do esporte nas ruas contou com a facilidade de se encontrar os elementos necessários ao jogo, servindo quaisquer objetos ou produtos similares a uma bola, inclusive frutas e legumes.

⁵ FRANZINI, Fábio. *A futura paixão nacional: chega o futebol*. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 122.

⁶ *O football nas ruas*. Jornal *A Noite*. 22/08/1917

⁷ *Chronica dos factos*. Jornal *O Paiz*. 18/12/1913

Com as facilidades de se reunir os elementos fundamentais para o jogo, o futebol foi se tornando também uma solução mais viável não apenas para a prática do exercício físico, mas também do lazer por essas camadas com menor poder aquisitivo. As ruas públicas e os terrenos baldios passaram a ser campos de futebol improvisados, como relatado na revista *Gil-Blas* de 1920:

Em frente à minha casa há um pequeno espaço de terreno sem construção e mais ou menos plano, ao qual as crianças deram o destino que tem hoje, nos perímetros urbanos, qualquer terreno assim baldio – é campo de *football*. Nele, aparecem bolas de todo tamanho e jeito – de couro, de pano, de papel, grandes, pequenas e até laranjas tenho eu visto espatifarem-se aos pontapés da petizada.⁸

Terrenos sem construção ou perímetros urbanos que não tivessem ocupação tornavam-se campos de futebol improvisados, que juntamente das bolas também improvisadas, davam o tom da propagação do futebol nas ruas do Rio de Janeiro.

Através da observação e análise de notícias dos periódicos impressos *A Noite*, *O Paiz*, *O Malho*, *A Rua: Semanario Illustrado*, *Jornal do Comércio*, *O Imparcial: Diario Illustrado do Rio de Janeiro*, *A Epoca* e a revista *Gil-Blas*, extraídos da Hemeroteca Digital pertencente a Biblioteca Nacional, tais como esses recortes jornalísticos apresentados anteriormente, o presente trabalho tem como objetivo refletir acerca do processo da popularização do esporte nas ruas, identificando o discurso elitista, higienizador e civilizador da alta sociedade da época. Por conseguinte, este trabalho pretende analisar a tentativa de legitimação das hierarquias sociais nos espaços públicos da cidade, bem como os demais conflitos sociais, culturais, étnicos e econômicos que estão inseridos no contexto⁹.

O recorte escolhido, bem como as fontes jornalísticas utilizadas para o estudo e o período da abordagem historiográfica, compreenderam os anos de 1910 até 1920 devido ao crescimento do tema nos jornais e a intensificação do processo de modernização que vivia a capital. Ao longo desse trabalho serão analisadas 11 fontes dos respectivos periódicos impressos citados, e para tal análise, partiremos da referência proposta por Tania Regina de Luca de que os jornais, bem como a imprensa, tornaram-se objeto da pesquisa histórica¹⁰. Nas palavras da autora:

⁸ *Impressões*. Gil-Blas. 2/09/1920

⁹ HEMEROTECA Digital..Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 25 ago. 2019.

¹⁰ DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 118.

As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa [...]. A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade, a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro.¹¹

Assim, compreendemos que para o aprofundamento das investigações históricas, sobretudo a do recorte deste trabalho, a imprensa periódica é capaz de nos oferecer as visões de mundo, transformações e ideais respectivos ao momento analisado. E para analisar as fontes dentro do contexto histórico, compreenderemos as mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, utilizando as reflexões de Sidney Chalhoub¹², José Murilo de Carvalho¹³, Michel Herschmann e Kátia Lerner¹⁴, que serão importantes para embasar essa monografia. Além disso, será usado como referência a obra de Leonardo Affonso Pereira¹⁵, que traça um panorama do futebol no Brasil desde a sua chegada, observando as transformações que o esporte configurou na sociedade brasileira. Ao falarmos da questão da prática no espaço público, mais precisamente das ruas, devemos partir da premissa da rua como uma categoria sociológica, fundamental para compreender o funcionamento da sociedade carioca da época. O uso do termo “categoria sociológica” parte do sentido de Durkheim e Mauss, discutido por Roberto da Matta. Nas palavras do autor:

Como um conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui como seu código de valores e de ideias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; e para traduzir aquilo que a sociedade vive e faz concretamente – o seu sistema de ações que é referido e embebido nos seus valores¹⁶

¹¹ DE LUCA, Tania Regina Op. Cit. p. 120.

¹² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle Époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

¹³ CARVALHO, José M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁴ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte – O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

¹⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. 1998. 380 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

¹⁶ DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 12.

À luz dos apontamentos de Da Matta, o espaço público se relaciona diretamente com a própria ordem social, que carrega seus valores e ações, de modo que devemos considerar as redes de relações sociais para compreendê-la. Portanto, considerando a rua como categoria sociológica, ela não será entendida apenas como um espaço geográfico, mas sim como demarcações espaciais e sociais repletos de significados que sofre com discursos rígidos:

Não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais, institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. [...] Leituras pelo ângulo da rua são discursos muito mais rígidos e instauradores de novos processos sociais. É o idioma do decreto, da letra dura da lei, da emoção disciplinada que por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação.¹⁷

As ruas enquanto espaço geográficos são carregadas de ideais culturais, discursos e normas sociais que promovem o banimento e a exclusão de certos sujeitos que não estejam enquadrados nos domínios culturais e morais previstos.

Portanto, o objetivo desta monografia é refletir através das fontes jornalísticas sobre o processo da popularização do futebol, analisando discursos elitistas e higienizadores e identificando as tentativas de legitimação das hierarquias sociais nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Procurar-se-á entender, como o esporte mais amado do país atualmente, foi no início um mecanismo de exclusão social revelador de discursos autoritários, conduzidos pela ideia de modernização que a então capital buscava propagar. Dessa forma, este trabalho será dividido em dois capítulos. O primeiro se destinará a abordar mais profundamente o processo de modernização que o Rio de Janeiro passava, pois além de ser a capital econômica, política e cultural do país, a cidade sentia as mudanças culminadas pela abolição da escravatura, a proclamação da República e o fluxo migratório europeu. Essas transformações resultaram em um inflamado crescimento populacional na capital que consecutivamente agravou as condições de vida, gerando problemas de habitação e reunindo mão de obra superior às necessidades do setor industrial. Outra questão inserida nesse contexto são as teorias higienistas, bastante fortalecidas no período, que até então, viam as práticas de exercícios físicos como indignas, mas que com a ideia de modernização e padrões europeus de vida, passaram a colocar o desenvolvimento físico como um fator para o equilíbrio orgânico e mental. Já no capítulo dois se tem a pretensão de promover uma análise da

¹⁷ DA MATTA, Roberto. Ibid. p. 12,16.

propagação do esporte nas ruas e da consequente condenação de sua prática nos espaços públicos, observando a configuração do movimento de resistência, do “direito a cidade”¹⁸ e do lazer, por parte das camadas pobres da capital do país.

¹⁸ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op. Cit. p. 93.

CAPÍTULO I - A MODERNIZAÇÃO DA CAPITAL RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

1 –UMA “PARIS TROPICAL” ÀS CUSTAS DE ARBITRARIEDADES

Com a política deflacionista do governo de Campos Sales, orçamentos para possíveis obras de infraestrutura na então capital do país, Rio de Janeiro, tornaram-se realidade no início do século XX. O governo de Sales foi marcado por uma recessão econômica que motivou uma política de combate à inflação, contingenciando drasticamente os gastos do governo e promovendo aumento de impostos, incluindo a tarifa-ouro sobre os produtos de importação. No fim de seu mandato, através de seu Ministro da Fazenda Joaquim Murinho, conseguiu elevar o câmbio e produzir superávits orçamentários, mas ao preço de uma insatisfação geral passando desde banqueiros, industriais, cafeicultores à operários.¹⁹ Todavia, foi somente a partir do discurso de posse do subsequente presidente, Rodrigues Alves, que assumiu a presidência em 15 de novembro de 1902, que os projetos de intervenção urbana anunciariam uma reformulação da cidade sob o pretexto de modernizar a capital através de um planejamento em três dimensões: a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana²⁰. Sem alterar de modo considerável a política econômica e financeira já executada pelo governo de Campos Sales, Alves caminhou por um programa intensivo de obras públicas, financiado através de recursos externos, que conseguiu dar início à recuperação econômica. A partir do ano que tomou posse, os números referentes a importação de matérias-primas e bens de capital, o consumo de aço e cimento se intensificaram, e em 1903, já havia a possibilidade da formação bruta de capital fixo²¹. Logo, o presidente iniciou as obras de saneamento e de reforma urbana da capital, como prometera em seu discurso de posse, nomeando para prefeito e condutor das reformas, o engenheiro Pereira Passos²².

Francisco Pereira Passos era de uma tradicional família paulistana ligada à economia cafeeira, e diferentemente dos outros jovens da época, que optavam por estudar direito, preferiu os ramos da engenharia. Entre os anos de 1857 e 1860 atuou como adido

¹⁹ CARVALHO, José M. de. Op. Cit. p 88.

²⁰ MALLMANN, Marcela Cockell. *Pelos Becos e pela Avenida da Belle Époque Carioca*. São Gonçalo: Solettras, Ano X, nº. 20, p.105-118, jul./dez. 2010.

²¹ CARVALHO, José M. de. Op., cit., p. 88.

²² AZEVEDO, André Nunes. *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, n.10, p. 39-79, mai./ago. 2003. p. 41.

brasileiro em Paris, e conseqüentemente, viu de perto todo o processo de transformação que a capital francesa passava, retornando à cidade do Rio disposto a apoiar a modernização da sociedade brasileira²³. Pereira Passos, imerso no estilo autoritário e tecnocrático implantado pela jovem República, teve a autonomia, com o aval do presidente da República, de paralisar o funcionamento da Câmara dos Vereadores por um período de 6 meses, no intuito de agir e decretar livremente legislações necessárias para que as reformas urbanísticas ocorressem o mais depressa²⁴.

Para que a cidade pudesse se tornar uma “Paris tropical” por completo, além de nomear o prefeito Pereira Passos, o presidente Rodrigues Alves também nomeou o médico sanitaria Osvaldo Cruz como diretor do Serviço de Saúde Pública, a fim de soluções para os recorrentes surtos epidêmicos que a cidade sofria devido aos velhos problemas de saneamento, abastecimento de água e higiene. No entanto, o Rio passava não apenas por transformações urbanísticas, mas vivia um intenso momento de transformações sociais, políticas e culturais na cidade. Atendendo as estratégias do aparato estatal e da elite dirigente, a mudança física da cidade também tinha como objetivo uma reforma de impacto moral inspirada no modelo europeu puritano, que propunha a implantação de uma conduta exemplar, introduzindo novas ideias na esfera dos valores²⁵. Segundo Max Weber²⁶, os valores presentes no modelo de conduta puritano contribuíam para a construção de um *ethos* capitalista, onde *ethos* seria um sistema de atitudes emocionais culturalmente padronizadas. Assim, em um contexto em que as transformações econômicas, políticas e sociais estavam a todo vapor, seria substancial que, para uma parte da elite dirigente, se fizesse implantar na cidade um modelo de conduta a ser seguido, e principalmente, uma mão de obra treinada e disciplinada.²⁷ Modernizar a capital e inseri-la no “concerto das grandes nações” significava fazer dela um espaço normatizador que sintetizasse o conjunto de modelos que se desejava implantar na cidade naquele momento, uma sociedade urbano-industrial de ordem capitalista.²⁸

A cidade inaugura o século XX com um panorama próspero no que tange ao desenvolvimento econômico. Na condição de centro político e tendo papel privilegiado nos

²³ DE MELO, Victor Andrade de. *Remo, Modernidade e Pereira Passos: Primórdios das políticas públicas de esportes no Brasil*. Esporte e Sociedade, UFRJ, n. 3, p. 1-22, jul./out. 2006. p. 1.

²⁴ CARVALHO, José M. de. Op., cit., p. 38.

²⁵ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op. Cit. p. 21.

²⁶ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 65-133.

²⁷ CARVALHO, Maria Alice de. *Cidade e Fábrica: A construção do trabalho na sociedade brasileira*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Unicamp, 1983. p. 9.

²⁸ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op. Cit. p. 17.

assuntos referentes à economia cafeeira, o Rio despertava cada vez mais a atenção do comércio, das indústrias e das finanças. Certas circunstâncias como ter a maior rede ferroviária nacional – a malha ferroviária chegava aos estados de São Paulo, Minas, Mato Grosso, Espírito Santo e os estados do Sul –, uma cadeia de comunicações no comércio de cabotagem – para o Nordeste e Norte –, ser sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores da América Latina, e ter o 15º maior porto do mundo em volume de comércio, reuniam as expectativas prodigiosas para a modernização da cidade²⁹. As modificações das atividades econômicas foram responsáveis por transformar a capital no maior centro cosmopolita da nação, em contato com as produções e comércios europeus e norte-americanos, e consequentemente espelhando para todo país³⁰. Esse alinhamento à Europa, com o objetivo de se tornar a “Paris tropical”, carregava uma ideia:

Acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa”. A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia.³¹

Os novos tempos demandavam mudanças na velha estrutura urbana do Rio e, para a elite, era preciso reverter a imagem da cidade insalubre, insegura e promiscua. Assim, somente oferecendo uma ideia de credibilidade ao mundo, que o país poderia fazer parte dos países “civilizados”, necessitando demolir a estrutura vigente que não promovia o caminho do progresso:

O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifoide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis.³²

Para a transfiguração do espaço urbano da cidade ou a “regeneração”, na linguagem dos cronistas da época³³, foram demolidos os grandiosos casarões imperiais e coloniais do centro, prédios e casas para que se pudesse abrir a avenida Central, como também a derrubada

²⁹ SEVCKENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e a Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 27.

³⁰ *Ibid.*, p. 28.

³¹ *Ibid.*, p. 29.

³² *Ibid.*, p. 28.

³³ *Ibid.*, p. 30.

de ruas estreitas a fim de transformarem em avenidas alargadas, praças ou jardins³⁴. O projeto de Pereira Passos, seguindo as tradições francesas, tinha a estratégia de construir largas e amplas avenidas que pudessem ligar o porto (também reconstruído) aos centros comerciais, celebrando a chegada do “moderno”, do “progresso” e do “passado colonial” que deveria ser esquecido³⁵. Sobre a demolição da velha cidade frente as novas perspectivas, escreveu Olavo Bilac:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!³⁶

A demolição da velha cidade a partir dos escritos poéticos de Bilac nos mostra o empenho pela construção do progresso, em meio a “vitória da higiene”. Consagrava-se o fim da “cidade colonial”, considerada tão retrógrada e detestável, e a celebração dos golpes de picaretas que trariam a regeneração tão desejada.

Deste modo, através do discurso e da expressão “regeneração”, é possível identificar o espírito que presidiu esse movimento de destruição da cidade velha, da dissolução da antiga sociedade imperial e o anseio de novas perspectivas. As obras transformaram-se em objeto de desejo por parte da nova burguesia, no sentido da construção de novos tempos, de uma nova estrutura urbana, configurando o período da *Belle Époque* carioca.

1.1 - “CIDADE MARAVILHOSA³⁷” PARA QUEM?

O historiador José Murilo de Carvalho afirma que não seria exagero dizer que durante a primeira década republicana, o Rio de Janeiro passou pela fase mais turbulenta de sua existência³⁸. Isso porque a cidade foi palco principal dos últimos instantes do Império, dos debates da abolição da escravatura e da proclamação da República. Devido ser a capital

³⁴ CARVALHO, José M. de. Op., cit., p. 88.

³⁵ DE MELO, Victor Andrade de. Op., cit., p. 2.

³⁶ BILAC, Olavo. *Chronica*. Kosmos: Revista Artística, Científica e Litteraria. Rio de Janeiro, anno 1, n. 3, mar. 1904, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kosmos/146420>. Acesso em: 30 de ago. 2019

³⁷ XAVIER, Priscilla Oliveira. *Cidade Maravilhosa: discursos entre o imaginário e o mito*. Anais ENANPUR, v. 16, n. 1, 2015. De acordo com o trabalho de Priscila Xavier, que busca a origem e o percurso do título “Cidade Maravilhosa” aludida ao Rio de Janeiro, teve seu significado logrado no inconsciente coletivo a partir da crônica escrita por Coelho Neto, cujas obras eram exaltadas pela alta sociedade carioca da época.

³⁸ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op., cit., p. 15.

econômica, política, cultural e a maior cidade do país, o Rio sofreu com mudanças quantitativas que nos levam à vários outros impasses. A primeira tem caráter demográfico. A população de habitantes da cidade estava com sua composição étnica completamente diversa. A abolição dos escravizados desencadeou um êxodo das regiões cafeeiras do estado, fazendo com que a cidade apresentasse a maior concentração urbana de negros da região³⁹. Além disso, o aumento expressivo da imigração estrangeira, especialmente de portugueses, contribuiu para o influxo populacional na cidade, totalizando, no período entre 1890 e 1920, um somatório de 158.888 mil imigrantes. Essa extensa concentração populacional na virada do século, resultou em 28,7% da população nascida no exterior e 26% de pessoas oriundas de outras regiões do Brasil, fazendo com que apenas 45% da população fosse nascida na cidade⁴⁰. Assim, a maior cidade brasileira viu em um ritmo notável, nos anos que sucedem de 1900 a 1920, a população passando de 691.565 para 1.157.873 habitantes, marcando um crescimento de 68%, com média anual de 3%⁴¹.

O segundo ponto é o desequilíbrio entre os sexos. O número de homens, e homens solteiros, chegou a ser mais que o dobro de mulheres em 1890. O que acarretou um desnível nos índices de nupcialidade, bem como nos números de famílias regularizadas⁴². A precariedade de famílias foi um dos exemplos da intervenção estatal na vida privada da época, pois através da medicina higienista e sanitarista de Oswaldo Cruz, promoveu-se a “medicalização” dessas famílias para o novo modelo que se queria adotar, um conjunto de valores e medidas que visavam educar o homem comum para uma vida dedicada ao trabalho, à disciplina e à família.⁴³

Segundo Kátia Muricy:

A integração da família à ordem urbana foi um dos objetivos mais arduamente perseguidos pela medicina higienista. Neste sentido, elaborou-se uma política de saúde que cuidava de mudar os hábitos e os valores nocivos da tradição, de estabelecer uma nova ética das relações afetivas que orientasse o comportamento dos indivíduos em todas as circunstâncias da vida privada e social⁴⁴

O espírito que calcava as transformações urbanas no Distrito Federal, como abordado anteriormente, ia muito além de mudanças físicas na cidade. Além destas, não se

³⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 60.

⁴⁰ CARVALHO, José M. de. Op., cit., p. 17.

⁴¹ SEVCKENKO, Nicolau. Op., cit., p. 52.

⁴² CARVALHO, José M. de. Op., cit., p. 17.

⁴³ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op., cit., p. 28,29.

⁴⁴ MURICY, Katia. *A Razão Cética. Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 14.

mediam esforços para as transformações do modo de vida e da mentalidade carioca. A metamorfose foi regida fundamentalmente por quatro princípios: a condenação de hábitos e costumes; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse manchar a imagem da sociedade civilizada que buscavam construir; uma rigorosa política de expulsão de grupos populares da área central para desfrute exclusivo das classes dominantes; e por último, um cosmopolitismo agressivo, que buscava identificação com a vida parisiense⁴⁵. Ao longo do trabalho nos aprofundaremos mais sobre essas questões.

A terceira mudança que estava inserida no impasse da questão quantitativa é o acúmulo de pessoas em ocupações trabalhistas legais e ilegais. A cidade reunia um contingente de habitantes em parcela excedente às necessidades do setor industrial e de serviços⁴⁶, resultando em mão de obra excessiva. Com elevado índice de desemprego estrutural e permanente que vivia a capital, grande parte da população estava refém de práticas alternativas que lhes restavam: o subemprego, a mendicância, a criminalidade ou os expedientes eventuais⁴⁷. Portanto, serviços rotativos e instáveis, propenso à desclassificação profissional, promoveram as chamadas “profissões de miséria”:

Os “trapeiros”, divididos em duas linhagens nitidamente distintas – a dos que coletavam trapos limpos e a dos trapos sujos; os “papeleiros”; os “cavaqueiros”, que revolviam os montes de lixo em busca de objetos e materiais vendáveis; “os chumbeiros”, apanhadores de restos de chumbo; os “caçadores de gatos”, comprados pelos restaurantes onde eram revendidos como coelhos; os “coletores de botas e sapatos”; os “apanha-rótulos e selistas”, que buscavam rótulos de artigos importados e selos de charutos finos para vendê-los aos falsificadores; os “ratoeiros”, que compravam os ratos vivos ou mortos de particulares para revendê-los À Diretoria de Saúde; as “ledoras de mão”; os “tatuadores”, os “vendedores ambulantes” de orações e literatura de cordel e os compositores de “modinhas”.⁴⁸

À vista disso, apesar dos esforços para a modernização e progresso da cidade, a miséria evidente era estampada através de subempregos que caracterizavam a penúria e o desespero da camada pobre, negra e marginalizada que buscava a sobrevivência. Portanto, dentro do contexto das transformações econômicas e sociais, incidiram principalmente os aspectos do acelerado crescimento populacional no Distrito Federal – sobretudo constituída por etnias diferentes –, desequilíbrio entre os sexos e a questão trabalhista. E não somente estes,

⁴⁵ SEVCKENKO, Nicolau Op., cit., p. 30.

⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. Op., cit., p. 61

⁴⁷ SEVCKENKO, Nicolau. Op., cit., p. 59.

⁴⁸ Ibid., p. 60

mas como consequência desses fatores, somados a especulação imobiliária que valorizou monetariamente o solo urbano da cidade, agravou-se o problema da habitação⁴⁹.

Sob o viés de uma política de planejamento urbano que pretendia exercer o “saneamento e o “embelezamento” da cidade, uma elite de empresários que atuava no ramo do setor de construções estreitamente associada ao poder público, coordenou um projeto de urbanização que visou a ocupação urbana conforme os imperativos da acumulação capitalista. O processo de desenvolvimento industrial e a concentração fabril, fenômenos necessariamente urbanos, ocasionaram a reestruturação do espaço urbano⁵⁰.

A pressão pela alta demanda de pessoas na busca de moradia e baixa disponibilidade pelo lado da oferta, ocasionou um desequilíbrio no setor habitacional que afetaria, especialmente, as famílias pobres. A maior parte dessas pessoas com renda mínima, residiam nas áreas centrais da cidade em habitações coletivas, onde dentro do mesmo teto ou terreno, abrigavam essas famílias. Dentro da definição de habitações coletivas, também eram consideradas estalagens, vilas operárias e cortiços, sendo este último, o tipo de habitação mais encontrado nas descrições sobre as condições de vida na cidade do Rio de Janeiro, seja através da literatura ou de relatórios oficiais. Conforme as obras foram sendo tocadas no centro da cidade, essas moradias foram condenadas pela administração municipal, fundamentada com rigor pela política de erradicação desse tipo de domicílio, considerados prejudiciais à salubridade da cidade e higiene da população. Ao passo que procurava-se sanear a cidade, o numeroso contingente de pessoas em condições precárias de vida não encontraria recursos financeiros que pudessem substituir o valor pago nos cortiços. Pois, com a valorização da área central, o valor das moradias se elevou e os salários recebidos pelas camadas subalternas não sustentaria os aluguéis cobrados:

Assim é que, à época da administração de Pereira Passos, encontrávamos um pedreiro ganhando uma diária de 7\$ a 9\$, um carpinteiro, de 8\$ a 9\$, um canteiro de 9\$ a 12\$, um calceteiro, de 4\$ a 5\$, um servente, de 3\$ a 4\$, trabalhadores diversos, de 3\$ a 5\$⁵¹.

As diárias salariais oferecidas não conseguiriam manter o padrão de vida em ocupações permitidas pela prefeitura, sobretudo em moradias legais no centro da cidade que tinham seu valor superfaturado, fazendo com que essas pessoas tivessem que procurar por moradias em

⁴⁹ CHALHOUB, Sidney Op., cit., p. 134.

⁵⁰ ROCHA, Oswaldo Porto; DE AQUINO CARVALHO, Lia. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995. p. 133.

⁵¹ Ibid., p.136.

regiões distantes do seu local de trabalho ou por moradias alternativas em condições sub-humanas.

A situação dos trabalhadores, por mais que a economia estivesse em expansão, era das mais precárias. Os baixos salários não eram suficientes para pagar moradias no centro urbano da cidade que fossem nos moldes permitidos pelo município:

Não se encontrava alojamento por menos de 20\$ mensais, preço de um quarto em casa de cômodos, sendo que, a uma família que necessitasse de um alojamento maior, o de duas peças, por exemplo, cobravam 35\$ mensais⁵²

Em 4 anos, milhares de casebres em cortiços, estalagens e outros tipos de habitação coletiva, foram desapropriadas ou demolidas a mando da prefeitura. Desalojados, a classe pobre era pressionada a sair da cena das áreas centrais da cidade, numa espécie de segregação habitacional que projetava a estruturação de classe⁵³, restando-lhes poucas opções: pagar valores exorbitantes cobrados por moradias legais da cidade; mudar para o subúrbio, uma vez que através de ações administrativas, foram baixadas posturas que limitavam construções e reconstruções que pudessem promover habitações coletivas no centro novamente; e por último, habitar os morros que rodeavam o centro da cidade para evitar a dificuldade de locomoção aos locais de trabalho, mesmo que em casebres sem qualquer tipo de higiene ou luz elétrica. Esse momento, mais conhecido como o “bota-abaixo”, foi considerado o apogeu da administração do prefeito Pereira Passos, fundamentado por arbitrariedades de toda ordem e demolidores golpes de picareta⁵⁴. E não apenas preocupados com suas moradias, as camadas pobres enquanto buscavam uma solução, precisavam se prevenir dos processos por vadiagem e evitar frequentes aparecimentos na delegacia policial caso ficassem “vagando” pela cidade.

1.2 – POLÍTICA HIGIENISTA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro que agonizava em constantes epidemias de febre amarela, varíola, malária e outros tipos de doenças, foi palco para que a política higienista ganhasse força durante a reforma na capital do país. Com a nomeação de Oswaldo Cruz pelo presidente Rodrigues Alves para tomar providências em relação ao sanitário, algumas medidas básicas de saneamento da cidade foram tomadas. Assim, alguns rios foram canalizados, o lixo urbano passou a ser recolhido e velharias deixadas nas ruas eram combatidas pelos funcionários da

⁵² ROCHA, Oswaldo Porto; DE AQUINO CARVALHO, Lia. Op. Cit., p.136.

⁵³ Ibid. p. 155.

⁵⁴ CHALHOUB, Sidney. Op., cit., p. 135.

prefeitura. Entretanto, abordamos que a questão das transformações urbanísticas realizadas na capital, não tinha caráter apenas físico, mas também de mudanças nas mentalidades. Outras medidas, por exemplo, tinham forte caráter civilizatório e tentavam limitar o uso inadequado e equivocado do espaço urbano pela população⁵⁵. A circulação de animais nas ruas foi proibida, a venda de bilhetes de loteria, comércio ambulante, pessoas em situação de rua eram recolhidas para asilos, proibiu-se também a cultura de hortas e capinzais, bem como o ato de urinar e cuspir nas ruas também estava vedado. Essas medidas citadas caracterizaram-se pela intensa influência da medicina urbana francesa e pelo ato de dominação e apropriação do estado sobre espaço e corpo.

Consideravam que devido a fama das enfermidades vividas pela cidade, as atividades econômicas e a imagem da capital mundo à fora ficavam desprestigiadas, logo, ações de intervenção no núcleo central da cidade do Rio de Janeiro foram executadas e através da política higienista, procurou-se erradicar as mazelas endêmicas num tom de *“limpeza radical da área central”*⁵⁶. Vale ressaltar que essas inspirações de transformações urbanísticas para provimento de saneamento, marcam o período de pensamento de gestores públicos que colocavam as escolas de engenharia conectadas às faculdades de medicina⁵⁷. A principal das intervenções, já mencionada anteriormente, foi a destruição de habitações coletivas, consideradas vetores das enfermidades, que pelo processo capitalista que vivia a cidade, agravou ainda mais a situação da população pobre, negra e marginalizada. A capital que tinha a aparência de uma antiga cidade colonial, contava com ruas desalinhadas, mal calçadas, sem higiene, com casas estreitas coladas umas às outras, e de acordo com o projeto higienista, facilitavam a propagação de doenças. Assim, criar artérias para a circulação de pessoas, melhores condições de arejamento, ventilação e iluminação, promoveriam uma melhora significativa de saneamento na cidade. A política higienista tinha por objetivo curar uma cidade assolada por doenças, mas de fato, a administração municipal aproveitou o caos urbano e as tensões entre as classes sociais para justificar a erradicação de moradias coletivas em nome da higiene e da ordem, fazendo uso da violência como prática de uma ordem legitimadora que reordenou o território da urbe. A partir disso, agravou-se ainda mais a crise habitacional, provocou a segregação residencial, a intensificação da estratificação social na cidade e influenciou o processo de favelização nos morros, cuja modalidade de habitação passou a ser

⁵⁵ DE MACEDO SANTANA, Fabio Tadeu; SOARES, Marcus Rosa. *Reformas Passos: cem anos de uma intervenção excludente*. Jornal O Globo, v. 5, p. 11, 2005. p. 8.

⁵⁶ DE MACEDO SANTANA, Fabio Tadeu; SOARES, Marcus Rosa. Op., cit., p. 2.

⁵⁷ Ibid. p. 1.

uma forma do direito à cidade e uma estratégia pelas camadas desprivilegiadas pelo poder público⁵⁸. O mais emblemático dos episódios, a Revolta da Vacina, foi um exemplo das medidas autoritárias para a execução do plano de erradicação das doenças. Em março de 1904 foi aprovado a lei de vacinação obrigatória contra a febre amarela, e devido a imposição, as brigadas sanitárias adentravam nas residências, aplicando as vacinas à força, causando repulsa e a ira na população. O estado foi acusado de violar a liberdade individual, a honra pessoal dos cidadãos e o domínio dos lares, e o episódio, o estopim para que as tensões sociais ganhassem às ruas⁵⁹.

Dentro dessas perspectivas gerais, um assunto particular ia assumindo para os médicos higienistas uma importância especial: a higienização do corpo dos indivíduos, uma vez que acreditavam que os brasileiros seriam teoricamente enfraquecidos por séculos de preguiça e inércia⁶⁰. Assim sendo, no fim do século XIX, a educação física não era ainda objeto de atenção e sim de suspeição, sobretudo para as camadas letradas brasileiras, o que preocupava médicos como o dr. Eduardo de Magalhães que escreveu uma obra em 1900 sobre a importância da ginástica para crianças, a condenação do “abandono e desprezo de educação física da infância no Brasil” e da necessidade de exercícios físicos serem até mesmo mais urgentes nos países tropicais do que nos europeus⁶¹. Para Magalhães, o desleixo em relação as atividades ginásticas seriam quase mortal para a “raça”, uma vez que considerava os brasileiros supostamente inferiores pela mestiçagem. Segundo o médico, existia um remédio indispensável para tratar esse mal: a educação física⁶².

Seguindo os modelos europeus, e considerando que não havia nações fortes sem a educação física, os defensores da higiene passaram a colocar como objetivo central de suas bandeiras o desenvolvimento físico dos brasileiros. Acreditando que ela geraria um equilíbrio orgânico e mental nos indivíduos, a educação física seria base de uma educação completa e saudável que beneficiaria o futuro da sociedade, tendo como alvo principal, a infância e a juventude, as quais seriam livres da mancha da indolência natural dos brasileiros e poderiam mudar o destino do país⁶³. Assim, na nobre tarefa de se formar uma nação sadia e forte, e na construção de uma identidade nacional que extinguisse a ideia do brasileiro moroso, os esportes

⁵⁸ DE MACEDO SANTANA, Fabio Tadeu; SOARES, Marcus Rosa. Op., cit., p. 9-10.

⁵⁹ Ibid., p. 8.

⁶⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op. Cit. p. 42.

⁶¹ MAGALHÃES, Eduardo de. *Gymnastica infantil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900, p.3.

⁶² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op., cit., p 42.

⁶³ Ibid. p. 43-44.

passaram então a ter o entusiástico apoio de higienistas e educadores interessados em defender o vigor físico da nação. A higiene transformava-se, portanto, uma importante aliada para os praticantes dos novos esportes e dos patrocinadores, usando-lhes de uma justificativa moral para a diversão lucrativa. Contudo, a adesão de esportes e suas práticas na cidade carioca, teria um longo caminho que apenas com a *Belle Époque* e a criação de um cenário propício, inauguraria um processo de transição das estruturas urbanas e conseqüentemente da introdução dos esportes no cotidiano urbano da cidade.

1.3 – A CIDADE MODERNA E A INTRODUÇÃO DOS ESPORTES

As grandes reformas europeias iniciadas no século XIX preencheram os espaços urbanos que expressavam o triunfo da burguesia e proveram-nos de eventos e cerimoniais que fizessem destacar a cultura física corporal. Vimos até aqui que o Rio de Janeiro, com o projeto de modernização da cidade, se espelhava nos moldes europeus, especialmente em Paris que era considerada a capital cultural do mundo ocidental⁶⁴, e embarcava no otimismo do progresso, buscando impulsionar os novos valores comportamentais de uma metrópole burguesa. Contudo, percebe-se que a cidade tem uma relativa demora ao aceitar em amplo aspecto o modismo europeu da “*esportização*”⁶⁵. Nos últimos anos do Império ganhava força um movimento para tornar obrigatório o ensino da ginástica nas escolas primárias e secundárias da corte, ao passo que autoridades importantes como o Barão do Rio Branco, observando a infiltração das teorias europeias em solo brasileiro, passou a obrigar os filhos a caminhar diariamente, considerando o exercício como fator crucial de desenvolvimento. Efetivamente, as camadas letradas brasileiras estavam habituadas a ver o exercício físico como uma atividade degradante e indigna, e não voltavam suas atenções para os estudos corporais. Dessa forma, o advento dos esportes para os cariocas foi um percurso extenso e na virada do século ainda era uma novidade⁶⁶, apenas vivenciando mais intensamente o fortalecimento e a multiplicação de alguns esportes nas primeiras décadas do século XX de fato. Gilmar Mascarenhas de Jesus trabalha com algumas hipóteses sobre a relutância de se abraçar positivamente, em um primeiro instante, o esporte na cultura carioca. A forma como os espaços públicos da cidade era constituída não

⁶⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 78-88, jul. 1993. p. 78.

⁶⁵ JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *Construindo a Cidade Moderna: A introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 17-40, jul. 1999. p. 19.

⁶⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op. cit., p. 44.

era convidativa, tampouco propícia, para o desenvolvimento de atividades esportivas. Além disso, a cultura urbana colonial fazia com que os cidadãos não vissem o hábito de transitar pelas ruas como algo bem visto pela sociedade:

Em parte se explica pela situação e uso de seus espaços públicos: o estado precário de conservação, o porte acanhado, a tradição cristã de uso austero e ritualização (pela sacralização), o aparato de controle e vigilância da Igreja e da burocracia estatal e, por fim, a escravidão dotavam tais espaços de um significado predominantemente pejorativo e mesmo repelente para as parcelas dominantes da sociedade.⁶⁷

A cidade do período colonial não promovia de certo modo uma rede de sociabilidades que pudesse germinar o interesse em fundar associações esportivas. Até então, no meio urbano colonial brasileiro, a disponibilidade de locais abertos para manifestações coletivas, sobretudo para as elites, não era tão expressiva e muitos desses locais estavam associados diretamente à Igreja e seu aparato de vigilância, tal como os adros⁶⁸. As ruas não configuravam um significado de local de permanência para as elites, e inexistia nessas elites e classes médias do Rio de Janeiro, até meados do século XIX, o hábito de sair de casa, a não ser pela frequência obrigatória à missa dominical. A intenção era de deixar claro a diferença entre os escravizados que necessitavam trabalhar com base no esforço muscular e dominavam as paisagens das ruas cariocas, o que configurava um desprestígio do trabalho manual. Outros aspectos como tráfego intenso de carroças e animais, e péssimo estado do calçamento da cidade faziam com que consequentemente o desenvolvimento de esportes não avançasse. Com a crescente adesão das ideias trazidas pela *Belle Époque*, novas possibilidades de experiência encontraram um cenário urbano propício e passaram a dar novos sentidos aos espaços públicos. Assim, o contexto da dinâmica socioespacial vivida pela cidade ao longo dos anos sugere que a articulação da febre esportiva está relacionada com a transformação da espacialidade moderna. As grandes reformas, além de dar vez aos amplos e retilíneos bulevares da arquitetura monumental, símbolos da modernidade capitalista, impulsionaram novos valores comportamentais, incluindo o ideário da cultura física e consequentemente a adesão aos esportes⁶⁹.

Os esportes foram ocupando lugar de maior destaque com o advento da modernidade, e a estrutura da vida urbana recebeu como demanda dessa proliferação esportiva,

⁶⁷ JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Op., cit., p. 19.

⁶⁸ Adro é o terreno que fica em frente ou em volta de Igrejas.

⁶⁹ JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Op., cit., p. 19–22.

diferentes tipos de espaços destinados à prática. A proliferação dele no Brasil é concomitante a chegada das ideias modernizadoras vindas da Europa, e só foi possível pelas reformas de infraestrutura na urbanização da cidade (que buscavam enterrar o passado colonial). Devido a herança colonial, viu-se no esporte, até o início do século XX, uma atividade degradante devido ao esforço físico ser considerada uma lembrança escravagista. Para que os esportes passassem a serem aceitos mais amplamente pela sociedade em geral, a dinâmica espacial da cidade, bem como as mentalidades, precisou vencer em grande escala certas tradições cristãs do período colonial que rigidamente controlava os espaços públicos, inclusive demarcando quais seriam os lugares que as pessoas deveriam frequentar, criticava o hábito de sair de casa (a não ser pela ida as missas dominicais), além de dotarem os espaços públicos com significado pejorativo, que além da péssima estrutura, era repelente para as camadas dominantes da sociedade. Assim, a demora em se absorver o modismo europeu dos esportes, pode ser explicado em parte pelas características da tradição cristã do período colonial, que só foram desfeitas com a chegada dos ideais modernizadores e das renovações dos espaços públicos que permitiam a prática de esportes. Então, alguns esportes não conseguiram encontrar espaço no Brasil antes da República (especialmente a partir do século XX), pois a tradição cristã condenava corpos, hábitos e espaços.

A análise do fenômeno da disseminação do esporte na capital está alinhada ao processo de modernização vivida pela cidade. Até as transformações urbanas acontecerem, o Rio de Janeiro possuía um espaço urbano pouco permeável para práticas de exercícios físicos e bastantes rígidos a sociabilidades e novas formas de comportamento⁷⁰. Assim, as mudanças físicas que buscavam contrapor o atraso colonial na construção de uma cidade moderna iam ao encontro com as novas ideias cosmopolitas, sendo uma delas o acolhimento de atividades esportivas. Esse movimento de absorção do esporte fica inserido no contexto da dinâmica socioespacial urbana e à espacialidade moderna, frutos das transformações físicas e mentais que se cultivavam no Rio de Janeiro da época⁷¹. Esse empenho pela ruptura com o passado e a adoção de uma atmosfera que dá abertura a novas ideias e atitudes foi refletido por Marshall Berman como o turbilhão da vida moderna:

Cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes, descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat natural, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas e muitas vezes catastrófico crescimento urbano [...]

⁷⁰ Ibid. p. 19.

⁷¹ JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Op., cit., p. 20.

um mercado capitalista em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização”.⁷²

A modernidade com seu clima de otimismo e fé no progresso impulsionou novos valores comportamentais na cidade. Não apenas trazendo um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, ela destrói velhas urbanidades, configura novos formatos e implementa disputas de poder que vão se revelando nesse novo ambiente que conseqüentemente fazem as camadas marginalizadas sofrerem inúmeras violências. No caso do Rio de Janeiro, vimos a grande reforma urbana que impulsionou toda uma transformação no que tange, sobretudo, a espacialidade urbana e o advento de novos valores burgueses. Mas, concomitantemente, vivia um crescimento populacional desenfreado que não estava nos moldes da cidade que procurava-se erigir, fazendo de forma forçada, que os populares saíssem da área central da cidade, em um movimento que a presença das camadas subalternas não se ajustasse com a cidade em expansão. Essa modernidade acaba por gerar uma atmosfera, própria da modernização:

Essa atmosfera – de agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto expansão e auto desordem, fantasmas na rua e na alma – é a atmosfera que dá origem à sensibilidade moderna.⁷³

Podemos considerar que essa atmosfera de agitação causados pela modernização apontados por Berman, se estabeleceram aqui de forma incompleta e até mesmo artificioso, mas ainda assim, podem auxiliar na compreensão da velocidade que os esportes foram absorvidos pela cidade carioca no início do século XX, pois a adesão aos esportes foi fruto de profundas transformações urbanas e da vida cotidiana que estão relacionadas ao advento da modernidade e toda essa atmosfera de agitação.

Através das zonas portuárias do Rio de Janeiro e dos empreendimentos britânicos, penetraram não apenas produtos industriais, mas também comportamento e valores considerados “civilizadores”, sendo um deles, a prática esportiva. Informações sobre os novos *sports* e seu papel de fortalecimento do corpo e da mente passaram a chegar com maior frequência na cidade⁷⁴. Antes da reforma de Passos, por exemplo, o Remo era praticado sistematicamente desde 1851, mas até então não existiam equipamentos e locais devidamente

⁷² BERMAN, Marshal. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar- A aventura da modernidade*. São Paulo. Companhia de Letras, 1986. p. 15.

⁷³ Ibid. p. 17.

⁷⁴ JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Op., cit., p. 26.

apropriados, e foi a criação de um Pavilhão de Regatas em Botafogo, durante a reforma, que contribuiu para a popularidade do remo na cidade. Outra modalidade que merece destaque antes das transformações da capital é o turfe, que por volta de 1850 já era promovido por ricos comerciantes que eram proprietários dos próprios cavalos.

De fato, as camadas dominantes brasileiras precisaram superar o forte preconceito em relação às atividades que exigiam esforço muscular para se alinharem aos modismos europeus, uma vez que os não nobres (pobres e escravizados) necessitavam trabalhar com base no esforço muscular. Mas foi durante a *Belle Époque*, que a nascente indústria de entretenimento demonstrou um ritmo surpreendente de expansão, e junto disso, novos hábitos foram velozmente agregados ao cotidiano de algumas cidades brasileiras, num processo de dessacralização da vida cotidiana que promoveu a ampliação das formas de lazer e refuncionalização dos espaços públicos⁷⁵.

A receptividade da população carioca aos esportes na virada do século foi bastante expressiva, contudo, tal atitude não se alinhava diretamente ao fator de desenvolvimento de uma vida mais saudável ou uma cultura fisiculturista, mas sim do esporte se constituir como um elemento civilizador do ideário burguês europeu, numa conjuntura que desejar ser estrangeiro, era ser moderno. Em relação as camadas populares, o surto esportivo inicialmente se manteve distante, pois a adesão à moda esportiva na cidade pressupunha custos elevados para equipamentos e códigos de conduta impostos⁷⁶. Grandes jornais como *Gazeta de Notícias*, *o Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Jornal do Brasil* passaram a dar enfoque nas colunas esportivas, trazendo notícias habituais sobre o turf, remo, velocipedia, ginásticas, touradas e o esporte que mais experimentava o desenvolvimento, as regatas. Acompanhando o crescimento das notícias esportivas, a proliferação de clubes na cidade também levava o esporte para uma situação bem inovadora. Os clubes de regatas do Rio em 1902, segundo cronistas, apontavam grandes competições náuticas, que inclusive fizeram com que autoridades como o prefeito Pereira Passos e o presidente Rodrigues Alves passassem a dedicar atenção ao esporte⁷⁷.

O processo de valorização dos esportes na cidade pôde contar sobretudo com a juventude estudantil, tanto para a adesão, quanto para a iniciação de outras modalidades, como por exemplo, o futebol. Famílias abastadas enviavam seus filhos para a Europa a fim de receberem uma educação que não poderiam ter no Brasil, trazendo sementes de novas práticas

⁷⁵ Ibid. p. 25.

⁷⁶ JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Op., cit., p.29

⁷⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op., cit., p. 47

e tradições. Foi assim que o jovem Oscar Cox, o grande incentivador do futebol na capital federal, após alguns anos de estudos na Suíça, cercado por vários outros estudantes de localidades distintas, entrou em contato com a então recente modalidade esportiva chamada *foot-ball*. Ao retornar ao Brasil e a cidade do Rio de Janeiro em 1897, trazia na sua bagagem os novos hábitos adquiridos no exterior, inclusive, a bola. Cox, na tentativa de reunir jogadores suficientes para a prática, passou a agitar a juventude estudantil carioca, buscando despertar o interesse pelo jogo. Além do mais, também temos a história de outro estudante brasileiro, Charles Muller, que em 1883 foi estudar na Inglaterra e retornou em 1894 para São Paulo, trazendo em sua bagagem um manual de regras do jogo e duas bolas. Muller, para muitos, é considerado o precursor do jogo no Brasil, tendo grande destaque na história do esporte nacional⁷⁸.

Oscar Cox e Charles Muller, dois estudantes brasileiros que apesar dos nomes estrangeiros, fizeram parte de alguns grupos abastados isolados que buscavam em países europeus as raízes de uma nova cultura para a recém República brasileira. A semelhante trajetória dos jovens endinheirados não é mera coincidência, mas atestam o caráter elitista dos primeiros anos do esporte no Brasil⁷⁹ que consolida a memória inicial do futebol no país como um esporte que nasce e se desenvolve entre a elite⁸⁰. A figura dos rapazes deu impulsos para a difusão do esporte, mas não bastam para explicar a história do jogo nos primeiros anos no Brasil pois a consolidação foi resultado de um extenso processo.

Apenas em 1901 que Cox e alguns amigos fizeram o esforço de dar ao jogo um status mais independente. O *Correio da Manhã* anunciava que aconteceria “pela primeira vez, no Rio de Janeiro, uma partida de foot-ball”⁸¹, mas aparentemente, a partida não parece ter chamado a atenção dos demais. O jogo da bola tinha caráter restrito para a elite estrangeira e se desenvolvia através da proliferação de clubes pela cidade inclusive, apenas por ser sócio de um clube inglês na capital que Cox conseguiu praticar o esporte⁸². Sendo filho de inglês, filiou-se ao Payssandu Cricket Club, fundando por membros da colônia bretã, e junto de outros compatriotas de seus pais, participou de algumas partidas de futebol, que inclusive tinham cunho muito particular, configurando-se como uma diversão interna entre alguns membros do clube. Assim, o futebol aparecia como uma espécie de celebração da identidade bretã, e para

⁷⁸ Ibid. p 22.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ CALDAS, W. *Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro*. Revista USP, n. 22, p. 40-49, 30 ago. 1994. p. 42.

⁸¹ Sport. Correio da Manhã. 22 de setembro de 1901.

⁸² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op., cit., p. 27

elucidar nesse sentido, uma festa foi produzida em 1902 no Rio Cricket em homenagem a coroação de Eduardo VII, cuja atração principal da festividade fosse um “match de foot-ball”⁸³. Após jogos interestaduais entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma reunião com rapazes devidamente selecionados, incluindo Oscar Cox, promoveu uma votação que por unanimidade decidiu-se pela criação de um clube próprio de futebol, nascendo a partir daí o Fluminense Football, formado segundo os presentes, por “rapazes da nossa melhor sociedade, quase todos educados em colégios da Inglaterra”⁸⁴. O clube despertou o processo de consolidação do futebol entre a juventude carioca, uma vez que não parava de agregar novos estudantes que chegavam da Europa. O aumento do interesse pelos jogos ficava restritos aos membros da “escolhida sociedade”, tanto para assistir as partidas, ou seja, aos *matches*, como para fazerem parte do seleteo time:

Composto por jovens de pele clara e bigodes bem aparados, em grande parte filhos de famílias europeias, o time do Fluminense ia dando ao jogo no Rio de Janeiro um perfil definido: palco de afirmação de modismo e hábitos europeus, os estádios serviam para essa juventude endinheirada como um espaço de celebração de seu cosmopolitismo e refinamento, em um processo que ia imprimindo ao futebol por eles praticado a marca da modernidade.⁸⁵

Ao passo da marca do refinamento do jogo proposto pelo Fluminense, o futebol ia garantindo um ânimo entre as parcelas das juventudes que se concretizava a partir da criação de novos clubes como o Foot-ball and Athletic Club em 1903, o Bangu, Botafogo e o América em 1904.

A técnica reproduzida do esporte bretão constituía-se como um grande critério de exclusão, favorecendo o caráter restritivo que o jogo vinha cultivando no país. Expressões estrangeiras, por exemplo, passaram a ser códigos de conduta que apenas os *sportmens* faziam conhecimento da terminologia, fazendo com que a distinta classe dos *sportmens* composta por estudantes, comerciantes e capitalistas que tinham condições de se associarem aos clubes, fossem os sujeitos privilegiados que se portavam como agentes da modernidade e porta-vozes da civilização, transformando o *football* em sua própria marca⁸⁶. Os *matches* foram se tornando uma espécie de evento social que atraíam ao estádio um “público fino e elegante” da alta sociedade, com “moças formosas e coquetes, senhoras graves e sérias, rapazes de sociedade, leves e risonhos, trajando esmeradamente”⁸⁷. Assim, o futebol foi sendo inserido no

⁸³ Semana Sportiva. 14 de agosto de 1902.

⁸⁴ *Foot-ball*. Auto-Sport. n 3, 1 de novembro de 1912.

⁸⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op., cit., p. 31.

⁸⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op., cit., p. 41.

⁸⁷ *Sport-Foot-ball*. O Paiz, 28 de agosto de 1905.

cosmopolitismo da cidade e defendido pelos médicos higienistas que buscavam a regeneração da nação.

Para os médicos, via-se no esporte uma modalidade de atletismo que enobrecia a coordenação de movimentos, garantindo um efeito útil para a saúde. Além disso, o futebol traria outro benefício: o desenvolvimento do caráter moral de seus praticantes. Um cronista da revista *O Malho* em 1905 elenca as qualidades que os jogadores poderiam adquirir com a prática do esporte:

Em primeiro lugar o espírito de disciplina que adquire pela obediência absoluta que a cada jogador é imposta para com seu comandante, o espírito de decisão e iniciativa inteligente que o jogo sugere pelo imprevisto das peripécias, o desprezo dos perigos que ele exalta, o estoicismo que inspira por algumas de suas consequências e finalmente o admirável espírito de solidariedade e de abnegação que exige de todos os seus adeptos.⁸⁸

Dessa forma, segundo a opinião do cronista, compreendia-se o futebol como uma maneira de se promover disciplina através da obediência, de se desenvolver a capacidade de decisão, de estoicismo, que além dos “perigos” que o esporte proporcionava, também seria capaz de ressaltar o espírito de solidariedade entre os praticantes. Características essas consideradas fundamentais ao andamento das questões morais tão valorizadas no contexto da época. À vista dos argumentos, o esporte ia assumindo para si a marca de jogo da higiene e da saúde:

Espírito de disciplina, decisão, iniciativa, solidariedade e abnegação. Mais do que dar forma a corpos mais fortes e robustos, o futebol geraria, na opinião do articulista, a formação de indivíduos com um maior desenvolvimento moral. Tratava-se da tradução perfeita do espírito das teorias higiênicas, que fazia do físico e do intelecto duas esferas indissociáveis.⁸⁹

O futebol ia se configurando como um exemplo do espírito higienista que buscava se implementar na cidade. Associando a questão física da saúde a características que se enalteciam nos *sportmens*, cronistas da época passaram a apontar o esporte como um belo exemplo do desenvolvimento de indivíduos que a nação pretendia formar.

O futebol transformava-se no Rio de Janeiro um dos pilares da educação física e um dos símbolos da modernidade para a juventude carioca do início do século. A partir da proposta da higiene converteu-se em meio de legitimidade da identidade dos *sportmen*, que firmaram para si o papel de salvadores da nação e patrocinadores da regeneração do país. Esse

⁸⁸ O foot-ball. *O Malho*, 19 de agosto de 1905.

⁸⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op. cit. p. 52

apoio das teorias de valorização do esporte provocava exigências a serem adotadas pelos *sportmen*, que fosse dentro do campo ou não, tinham que ter noção de um comportamento digno de sua nobre tarefa de transformação social.⁹⁰

Porém, chamando a atenção da mocidade de outros bairros, sobretudo dos bairros suburbanos, passaram a surgir inúmeras associações com preços mais populares, tirando das elegantes rodas esportivas da região central da cidade o monopólio do jogo. Não somente a atenção da mocidade de classes mais baixas, mas o futebol passava chamar a atenção de indivíduos que não poderiam associar-se a eles. A revista *O Malho* de 1905 publicou fotos de uma pequena aglomeração curiosa, com crianças e jovens negros, espremidos e mal acomodados que se divertia sobre os telhados e muros nos arredores do estádio do Fluminense, nas Laranjeiras⁹¹. Aos olhos do redator, o *foot-ball* não era evento para tal gente e a repentina popularidade poderia tornar-se um fator de degradação. Sobretudo, entre o interesse manifesto da curiosidade de quem se espremia para assistir aos jogos e a tentativa de começar a praticá-lo em espaços improvisados, não parecia algo tão distante. E a possibilidade da popularização do jogo, para os *sportmen* e a alta sociedade carioca, não significaria uma dádiva, mas um problema a ser enfrentado.

⁹⁰ Ibid. p. 54.

⁹¹ Ibid. p. 60.

CAPÍTULO II – A PERIGOSA LOUCURA DO FOOT-BALL NAS RUAS CARIOCAS

2 – FOOT-BALL NA RUA: COISA DE “VAGABUNDO” E OPERÁRIO “MAL CREADO”

O futebol na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX foi utilizado como um dos mecanismos para exclusão e discriminação. Não que o caráter excludente fosse uma discussão restrita ao futebol na época, mas a exclusão, sobretudo de trabalhadores, era uma questão que se identificava em vários esportes⁹². De forma explícita, uma carta assinada por esportista chamado Pimentel⁹³ argumentou nas páginas da *Gazeta de Notícias* que trabalhadores não poderiam compartilhar de um esporte com tamanha identidade moderna que tinha na elegância e no refinamento as suas marcas, ou seja, parte integrante dos círculos dos *sportmens*. Como justificativa, alegou que no caso dos barbeiros, eles “recebem gorjetas”, e que por mais que na “representação nacional, todas as classes sociais devem ter entrada”, afirmava que na sociedade não deveria deixar de haver “distinção de classes”:

[...] Devem os barbeiros fazer parte [...] onde haja moços das melhores famílias e membros da melhor sociedade fluminense? Não. E por quê? Porque recebem gorjetas. Nós estamos numa democracia, a sociedade moderna é e deve ser democrática por excelência. [...] O grande mal do Brasil é justamente esse de não haver distinção de classes. Entre nós, o operário, o barbeiro, o condutor de *bond*, o caixeiro de confeitaria, o amanuense, o diretor de repartição, confundem-se: vestem-se do mesmo modo, nos mesmos alfaiates, frequentam as mesmas casas, são todos iguais. [...] E se há hierarquia militar, hierarquia oficial, por que não haverá hierarquia social?⁹⁴

As questões apresentadas no respectivo recorte escancaram a repulsa de pessoas da alta sociedade com a ideia de pessoas populares parecem todos da mesma classe. Assim, ele coloca em pauta a necessidade de se manter as estruturas hierárquicas para que fique claro a distinção de poder dentro da sociedade.

Com a instauração da república e o fato da abolição dos escravizados terem, ao menos na teoria, acabado com os sinais mais gritantes em relação a diferença que separava pessoas entre livres e não livres, preocupava algumas pessoas da elite como esse esportista que a partir de então, passava a ter que compartilhar as ruas da cidade com inúmeros operários, muitos deles ex-escravizados. Assim, pretendia-se através do esporte, reafirmar círculos e

⁹² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op. cit. p. 61.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ *Ainda os barbeiros* – *Gazeta dos Sports*. *Gazeta de Notícias*, 15 de junho de 1906.

espaços restritos onde naqueles clubes esportivos ficasse claro o caráter hierárquico de superioridade aos demais. E na tentativa de preservar a marca fidalga do esporte bretão, em 1905, foi fundada uma liga para organizar o futebol na cidade, tomando para si a primazia do jogo, definindo regras e os grupos que poderiam praticá-lo. Nascia a Liga Metropolitana de *Foot-ball*, que cobrava preços de mensalidade exorbitantes e proibia a participação de negros. Segundo os apontamentos de Leonardo Pereira:

A segregação social, que afastava os trabalhadores manuais, somava-se agora a exclusão racial – que tentava fazer do esporte um monopólio de jovens rapazes brancos e endinheirados, em que não haveria lugar para trabalhadores recém-egressos da escravidão⁹⁵

A tentativa de restringir o futebol entre a classe dos jovens brancos e endinheirados da cidade era legitimada pela segregação social e a exclusão racial. Mas mesmo com a tentativa de preservar o perfil distinto dos seus filiados, a Liga Metropolitana não conseguiria evitar que os grupos excluídos passassem a criar, de forma autônoma, as suas próprias associações, principalmente nos subúrbios. Toda essa movimentação resultou no fim do ano de 1907, números expressivos de novos clubes na cidade. Até dezembro de 1906 atuavam na cidade cerca de 30 clubes, e em 1907, mais de quarenta associações com o mesmo fim apareceriam nas páginas dos jornais cariocas.

Mas se por um lado a burguesia se expandia pelos novos espaços de sociabilidade, desfrutando do espaço urbano reconfigurado, com novas avenidas, praças, clubes e teatros, lançando um processo de “recriação” dentro da metrópole moderna que se buscava erguer, a partir da primeira década do século XX, começou a se tornar mais frequentes o interesse e a consequente participação das camadas menos privilegiadas em relação ao futebol. Esse movimento da aproximação entre o esporte e aqueles que não eram aceitos como um verdadeiro *sportsman* passou a ilustrar dezenas de páginas de periódicos cariocas, que outrora rasgavam elogios ao jogo da bola quando praticado por membros da elite. Os populares começaram, portanto, a praticar o esporte em espaços urbanos, sejam eles terrenos baldios ou não, deixados pela reforma de Passos:

Em frente à minha casa há um pequeno espaço de terreno sem construção e mais ou menos plano, ao qual as crianças deram o destino que tem hoje, nos perímetros urbanos, qualquer terreno assim baldio – é campo de *football*. Nele, aparecem bolas de todo tamanho e jeito – de couro, de pano, de papel, grandes, pequenas e até laranjas tenho eu visto espatifarem-se aos pontapés da petizada.⁹⁶

⁹⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op. cit. p. 66.

⁹⁶ *Impressões*. Gil-Blas. 2/09/1920

Utilizando terrenos sem construção, planos ou não, passava-se a destinar outros significados para esses espaços. Ao passo que se improvisava os campos de football, também se improvisava as bolas, que apareceriam de todos os jeitos, desde frutas à pedaços de tecidos.

Aproveitava-se qualquer espaço de terreno para jogarem bola. Já que não tinham o respaldo moral e o dinheiro para frequentarem os renomados clubes da cidade, faziam de qualquer terreno baldio, acompanhados de quaisquer tipos de bola, seus próprios locais de prática. Assim também foi observado no editorial do jornal *O Paiz* de dezembro de 1913:

Estamos, todos nós, ameaçados de um grande mal. Nada menos do que uma espécie de loucura se está apoderando de todos os habitantes do Rio de Janeiro, e essa é a perigosa loucura do *foot-ball*. Não há um canto de rua, que nem sequer precisa ser solitária, em que se não reúnam dez ou doze pessoas a dar perigosos pontapés em tudo que quanto é, ou tem uma vaga semelhança com bola, desde as *authenticas* aboboras, com escala por limões, laranjas e outros produtos de quitanda, o que vem provar, que, mesmo em sport, somos um *paiz* essencialmente agrícola.⁹⁷

A possibilidade da popularidade do futebol entre as camadas pobres, vista como um grande mal, descontentava o grupo que o patrocinava, tornando-se uma ameaça terrível e passando a ser considerada algo como “loucura” ou “fator de degradação”, como observado pela fonte publicada no jornal *O Paiz* que ainda prossegue afirmando que será “difícil de calcular onde iremos parar, se a mania seguir no curso que vai tomando, e trasbordar para as outras classes [...] que não poderão resistir a avalanche”, atacando a probabilidade do exercício físico deixar os praticantes populares das ruas, maníacos:

Além disso, todo esse exercício muscular provoca um grande desenvolvimento, podendo-se desde já prever que excelentes *specimen* de homens darão essas crianças agora atacadas dessa mania. Serão robustos, sendo só de temer que fiquem também maníacos, caso em que, como não há corpo são sem mente sã, toda essa febre que por *ahi* anda, será em pura perda. [...] Como se vê, isso de jogar *foot-ball* na rua é um problema mais transcendente do que parece, interessa não só a polícia, pelo lado dos desastres, como a saúde pública, pelo lado da mania, que pode degenerar em loucura.

Esse discurso excludente, que se baseava na ideologia higienista que por si só sustentava muitos projetos concretos de hierarquização, mostra o desconforto da possibilidade do futebol não se manter dentro de um monopólio previsto das grandes rodas esportivas endinheiradas da cidade. Ao mesmo tempo que se falava sobre crianças robustas, afirmavam o temor de ficarem maníacas pela febre do futebol, pois em tempos de defesa do princípio “mente

⁹⁷ *Chronica dos Factos*. O Paiz. 18 de dezembro de 1913

sã, corpo são” por médicos higienistas, eram feitas associações à prática excessiva de esportes, principalmente em locais considerados “insuficientes” e sem acompanhamento, que poderiam levar os praticantes populares, à loucura ou degeneração⁹⁸. Esse discurso sobre a prática física e os resultados negativos também pode ser observado na nota *Excessos do football*, do jornal *A Noite* de 1917:

A propagação do football entre nós está trazendo e trará para o futuro imensos benefícios à mocidade, pelo grande desenvolvimento de energia *physica* e moral que esse sport proporciona. Mas, com sucede em todos esses movimentos populares, surgem fatalmente excessos que exigem a intervenção da autoridade, a qual não deve poupar esforços *afim* de regularizar os costumes que se generalizam. Isto vem a propósito da queixa que recebemos dum morador à rua Santa Luzia contra os abusos [...] de *football* situado à praça Nietheroy, em Maracanã. [...] Há ainda outros abusos que o Sr. Chefe de polícia tem a absoluta necessidade de fazer desaparecer: são o habito de alguns mocinhos se exibirem quase nus nos jogos de football e o degradante espetáculo, já comum, de se ver pelas ruas a molecada em algazarra, a amontoar-se atrás de uma bola.

São discursos que englobam desde a “saúde” até a tentativa de se “regularizar os costumes” que os “movimentos populares” seriam capazes de impor ao cenário da cidade. Ao mesmo tempo que o ambiente urbano do Rio de Janeiro vai se tornando uma grande arena de circulação, tanto de mercadorias como de *locus* privilegiado de vivências sociais, constituindo uma ação de valorização do espaço público, passa a prevalecer iniciativas de controle e intervenção desse espaço. Assim, para a execução dos princípios do capitalismo respectivo a implementação da modernidade que se instalava ali, surgia a necessidade de interferir nos códigos culturais⁹⁹. De fato, o jogo do futebol foi se configurando como um meio de exercitar os valores e códigos sociais da ordem burguesa emergente, mas também, se constituiu como uma linha de fuga e resistência para as camadas populares, pois:

Por mais que se tentasse controlar os espaços públicos e gerar “diversões adequadas” aos intuítos da reforma em vigor (garantindo uma determinada “imagem”), esse projeto não era de todo coerente, homogêneo, unidimensional, monolítico: nem seguido exatamente pelo grande cômputo da população. Observava-se um processo de tensão de adequação e resistência que vai prosseguir por toda a modernidade. Não houve a possibilidade de ordenar completamente as vivências públicas, o que possibilitava a convivência de diversos tipos de atividades, inclusive algumas consideradas “bárbaras”.¹⁰⁰

⁹⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op. cit. p. 44, 48.

⁹⁹ DE MELO, Victor Andrade. *Lazer, esporte e cultura urbana na transição dos séculos XIX e XX: conexões entre Paris e Rio de Janeiro*. Logos, v. 12, n. 1, p. 75-92, 2005. p 78.

¹⁰⁰ DE MELO, Victor Andrade. Op. Cit. p.81.

Ao passo que tentavam controlar os espaços públicos, inclusive julgando os tipos de lazer, para que atendessem o intuito da cidade moderna que as camadas elitizadas queriam moldar, a população encontrava formas de resistência aos discursos criminalizadores sobre suas práticas e lazes, gerando tensão e revoltas que podemos observar nos relatos dos periódicos da imprensa por parte dessa mesma elite. E a tentativa de se proibir o futebol para as camadas marginalizadas não foi mediana:

Decididamente a polícia precisa tomar providencias com relação a esses bandos de garotos e marmanjos que transformam as ruas, no centro da cidade e nos arrabaldes, em verdadeiros campos de “football”, impedindo a passagem dos transeuntes e atirando-lhe em cima o objeto que faz as vezes de bola que, em alguns casos, é uma trouxa de pano sujo com a consistência do granito. Ainda ontem um cavalheiro de avançada *idade*, que passava à tarde pela rua Moura Britto foi atingido por uma dessas “bolas” de “foot-ball”, nas ruas, ficando ferido no rosto e levando ainda por *contra-reso* formidável vaia da garotada mal *creada*, atrevida¹⁰¹.

E o reforço pelo pedido da intervenção policial na nota jornalística, continuou. E não somente isso, a reclamação foi registrada contra um grupo de operários que se divertiam com o esporte:

A polícia do 17º districto deve tomar uma providência, *afim* de que factos como esses não se repitam. Já que estamos com a “mão na massa” aproveitamos a ocasião para solicitar da polícia do 5º distrito providencias idênticas contra o “football” praticado na rua Senador Dantas esquina do largo da Guarda Velha, por um grupo de operários da Empresa Graphica Brasileira, cujas “bolas” atingem até os passageiros dos bondes que passam.

Consideradas pessoas malcriadas e atrevidas por estarem praticando o futebol na rua, evidencia-se na respectiva notícia o desejo que as autoridades policiais pudessem tomar providências contra os “bandos” que tornavam o centro da cidade, o lugar do imaginário requintado, em campos improvisados e de bolas improvisadas. A associação da prática do futebol como lazer para esses operários com rótulos de “garotada mal criada atrevida” é reveladora e sintomática, pois revela o projeto de vida que a então República trazia para essas camadas pobres: reforçar a ideia de que os “desordeiros” precisavam focar em seus trabalhos¹⁰². Assim observamos o discurso moralizador contra os operários em outro editorial do jornal *A Epoca* de 1915:

Chamamos a atenção das autoridades competentes para um numeroso grupo de meninos empregados de fabricas, que, de 10:30 ao meio dia, diariamente,

¹⁰¹ *O football na rua – A polícia precisa acabar com esse abuso*. O Imparcial: Diario Illustrado do Rio de Janeiro. 12 de julho de 1919.

¹⁰² CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 256.

tempo que tem para o almoço, empregam-se em jogar football na rua da Relação, próximo a avenida Gomes Freire. Muitos têm sido os transeuntes *víctimas* de atropelos, e “boladas” pelos pequenos traquinas.¹⁰³

Novamente se clama pelas autoridades competentes para que se tome providências quanto ao futebol praticado no horário livre dos trabalhadores da fábrica, que fazem dos pedestres suas “vítimas das boladas”. A queixa de operários praticando futebol no seu horário de almoço é bastante elucidativo do processo estratégico com que a reforma urbana e a instalação dos princípios modernos também tratou de reorganizar as mentalidades: uma reforma que impactasse moralmente, propondo a implantação de um *ethos*¹⁰⁴ onde se seguisse uma conduta exemplar, no esforço para que as camadas menos privilegiadas mergulhassem no trabalho e na produção. Para esses operários praticantes do jogo, o ideal burguês de separação rígida entre lazer e trabalho não fazia sentido, pois trabalho e diversão estariam associados no cotidiano e não regidos por horários determinados.¹⁰⁵ Assim, iniciativas como a elaboração de manuais no sentido orientador, de fazer com que os trabalhadores no período do lazer, se afastassem de vícios como jogos (sobretudo, os de azar) e álcool, para que se aproximassem de uma “vida de qualidade”. Contando com o apoio de parte da imprensa, campanhas contra o mundano e o feio, tinham como objetivo propor uma conduta a ser seguida, deixando claro a diferença entre o lazer fino (geralmente jogos de azar, tolerados pelo sistema judiciário) e pobre, o permitido e o proibido. Nessas codificações do lazer pobre e proibido encontravam-se o Jogo do Bicho, a Capoeira, o Futebol e a Briga de Galo.¹⁰⁶

O próprio conceito de trabalho também passou por transformações. Pois, a partir da abolição, as classes dominantes não mais poderiam ter como propriedade a força de trabalho de escravizados. A questão que se colocou então foi de que o liberto, dono da força de trabalho, tornasse-se um trabalhador disposto a vender sua mão de obra, muitas vezes por um valor irrisório. Por um lado, tinha um aspecto de obrigar o indivíduo ao trabalho, e por outro, um esforço pela construção de valores por uma nova ética do trabalho. Com o intenso fluxo de libertos (e imigrantes) pela cidade, tinha-se medo da ociosidade e consequentemente do fantasma da desordem, devido a consideração do suposto caráter do liberto:

Os libertos traziam em si os vícios de seu estado anterior, não tinham a ambição de fazer o bem e de obter um trabalho honesto e não eram “civilizados” o suficiente para se tornarem cidadãos plenos em poucos meses.

¹⁰³ *A polícia*. A Época. 19 de março de 1915.

¹⁰⁴ Sistema de atitudes emocionais culturalmente padronizadas.

¹⁰⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 258.

¹⁰⁶ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op. Cit. p. 18.

Era necessário, portanto, evitar que os libertos comprometessem a ordem, e para isso havia de se reprimir os seus vícios. Esses vícios seriam vencidos através da educação, e educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade. [...] Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada”.¹⁰⁷

Por consideraram que libertos eram tendentes a vícios e não eram “civilizados”, justificaram com essas questões que a maneira para que essas pessoas não comprometessem a ordem era através do hábito do trabalho, mesmo que de forma repressiva. Então como justificar medidas repressivas visando garantir a organização do trabalho?

Procurou-se uma justificativa ideológica para o trabalho, isto é, razões que pudessem justificar a sua obrigatoriedade para as classes populares. A construção do conceito do trabalho passou por várias etapas, a primeira foi fundamentar que o trabalho é o “elemento ordenador da sociedade”, passando pelas relações estabelecidas entre trabalho e moralidade e chegando também no conceito de vadiagem e o mito da preguiça inata do trabalhador. O ocioso deveria ser combatido, pois ele se configurava uma ameaça à moral e aos bons costumes, e a vadiagem quase um ato preparatório para o crime, daí a suposta necessidade de repressão.¹⁰⁸ A partir de 1903, por exemplo, através de um breve exame das fichas de processos criminais da cidade do Rio de Janeiro, revela um aumento expressivo dos números de processos de vadiagem¹⁰⁹. Mas, através de episódios relatados nas fontes impressas, onde operários se divertiam com o lazer da prática do futebol nas ruas do Rio de Janeiro, nos revela que o esforço de se impor hábitos (sobretudo de trabalho) compatíveis com as características burguesas capitalistas encontrou obstáculos. Via-se na prática do jogo da bola por esses operários em seus horários livres, uma verdadeira desordem para com a cidade moderna que se tentava erguer. Mas a estigmatização do espaço ocupado por essas pessoas, no intuito de seus lazers populares, indica o que a versão da “história” dos dominantes sempre se esforça em apagar: a transição para a ordem burguesa no Rio de Janeiro do período foi um processo marcado por luta e resistência, nada parecido com uma trajetória linear e harmônica.¹¹⁰

¹⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 68-69.

¹⁰⁸ Ibid. p. 72-75.

¹⁰⁹ Ibid. p. 168.

¹¹⁰ Ibid. p. 257

2.1 – FOOT-BALL NA RUA: UM CASO DE POLÍCIA QUE PRECISA SER COMBATIDO

A prática do futebol nas ruas por essas pessoas excluídas do projeto de cidade propiciava a possibilidade de viver, sentir e apostar em situações que a dinâmica das relações sociais e econômicas da época não permitiam. Podemos considerar que o jogo representava, entre várias outras coisas, um canal raro para vivência de uma atmosfera de equidade, diante de um Estado excludente que governava segundo os interesses do capitalismo internacional e do complexo cafeeiro.¹¹¹ Quando falamos de vivência de uma atmosfera de equidade, estamos falando da sensação que a partida traz para essas pessoas desprezadas pelo poder público: enquanto jogadores inseridos naquela partida, mesmo em que locais ressignificados e com bolas improvisadas, eles disputam com igualdades de chances, as possibilidades de terem as mesmas regras a serem seguidas, a sensação de vitória e a possibilidade de uma nova chance pra vencer. A prática do jogo nas ruas cariocas tornava-se um lazer, e consequentemente os esforços para banir o contato dos populares com o esporte podem ser observados nas páginas jornalísticas da época, como na seguinte nota do periódico *A Rua: Semanario Illustrado*:

A generalização desse sport albionico é um facto, por todas as classes do nosso povo. Desde as arquibancadas do stadio do Fluminense, até à literatura choreographica dos nossos salões da “hauto”, aplicam-se, abusam-se dos termos sportivos do foot-ball, não raro sendo o verem-se “passes, dribblings”, “shoots” etc. da gyria da bola, empregados aqui e ali em todos os recantos da vida da cidade. Nada mais natural que isso também quisesse ser do domínio da garotada de rua, e é sobre o que se queixam os moradores da rua Senador Vergueiro e da travessa Cruz Lima. Não fosse somente a gritaria da garotada “off-side”, em plena via pública [...], o perigo dos “shoots”, na vidraçaria da vizinhança, ou na cartola nova dos transeuntes.¹¹²

A generalização do futebol já era considerada um fato, preenchiam as arquibancadas do pequeno estádio do Fluminense, invadiam as conversas dos salões da “hauto”, ou seja, da alta sociedade e influenciava outros aspectos como a escrita utilizando termos esportivos. Mas, consequentemente ele havia chegado também nos pés dos populares. Essa garotada considerada “off-side”, os “impedidos”, capazes de dar perigosos chutes nas vidraçarias dos vizinhos e prejudicar as cartolas novas dos cidadãos que passassem pela área, eram o gol que as pessoas queriam fora das ruas da cidade, devendo ser impedidos de praticar. Assim, continuaram:

¹¹¹ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 33.

¹¹² *A polícia deve intervir*. *A Rua: Semanario Illustrado*. 5 de outubro de 1919.

[...] Nada custaria, pois, que fossem ali colocados “linesmen”, alguns pacatos “civis” com o fim de impedirem os “off-side” daquele povinho miúdo, o terror das “archbancadas” dos vizinhos. Ahi fica, dessa forma, a reclamação, partida dos interessados, que desejavam ver se conseguem assim, effectuar um proveitoso “shoot in goal” da garotada “off-side”.

A partir da generalização do futebol como algo que estava invadindo todas as classes e até mesmo o vocabulário pelas ruas da cidade, ele precisaria de um basta. O considerado “povinho miúdo” e o “terror dos vizinhos”, capazes de acarretar danos as “arquibancadas dos vizinhos”, traduzindo-se nas janelas e vidros, eram denunciados pela provável gritaria “em plena via pública”, e deveriam sob a vigia de alguém, serem chutados feito “shoot in goal”. E esse mesmo tom de nomear com palavras humilhantes os praticantes das ruas e clamando pela atenção da polícia, também pode-se observar na nota do Jornal *A noite* de 1914:

Sr. Redactor. Pedimos que, pelo seu jornal chame a atenção da polícia para uma malta de vagabundos que, dia e noite, se diverte a jogar football, à rua Miguel de Frias e à travessa do mesmo nome. De tal jogo surgem discussões e destas discussões nascem o palavrão e a pedrada que vai certa à vidraça da casa fronteira. Desde já agradecidos etc. Sr. Director. Os Moradores da rua dos Andradas, no trecho compreendido entre a rua da Prainha e a travessa do Oliveira, solicitam uma reclamação em vosso jornal contra uns desocupados que, até altas horas, ficam pela rua, em serenatas e correrias. Sem mais etc.¹¹³

Declarando que de dia e de noite, uma “malta de vagabundos” se divertia a jogar, gerando discussões com palavrões e pedradas, mais uma vez se reforça pela intervenção policial e se observa as palavras com que essas pessoas são nomeadas. Além disso, se reclama de “uns desocupados” que também ficavam pelas ruas, fazendo serenatas. Uma outra queixa feita em janeiro de 1911 no *Jornal do Comércio* também se manifesta o uso de palavras insultuosas:

Um grande grupo de menores vagabundos durante a noite costuma jogar o foot-ball na rua Paysandu. O ajuntamento desses ociosos é grande, incomoda os que moram nas proximidades pela algazarra e pelas palavras obscenas [...]. Ainda há pouco eles fizeram uma victima: uma pessoa que, descuidosa, caminha em direção à rua Marquez de Abrantes foi atingida pela bola em pleno rosto, ficando maltratada. Na rua não há ronda, nem mesmo atenção ao fato de morar nela um Ministro. Estamos certos que o Sr. Chefe de Polícia officiar ao delegado respectivo, por este serão dadas as providências necessárias, fazendo rondar o lugar, com ordem de não ser consentido o jogo.¹¹⁴

¹¹³ *O que a polícia não quer ver*. Jornal A Noite. 16 de dezembro de 1914.

¹¹⁴ *Reclamações*. Jornal do Commercio. 16 de janeiro de 1911.

Pedem-se providencias das autoridades policiais para que não sejam consentido o jogo na rua, pois os chamados de “vagabundos” e “ociosos” incomodam pela algazarra, pelo tipo de linguagem e pelas vítimas que podem fazer. As recomendações policiais para que se parasse de praticar o futebol nas ruas, eram realizadas, mas o desejo pelo lazer ainda era maior:

As recomendações da Polícia no sentido de *proibir* os garotos jogarem nas ruas, não tem dado resultado que era de esperar. Os auxiliares do Sr. Geminiano da Franca nenhuma importância dera à ordem que a respeito receberam. Dos moradores da Travessa Cruz Lima, no Flamengo, recebemos hoje, mais uma queixa contra a garotada que ali promovem uma algazarra ensurdecadora durante a luta do jogo no leito da rua. As famílias são forçadas a não chegar as janelas para não ouvir o vocabulário pornográfico que que usam os jogadores. Endereçamos a queixa ao Sr. Chefe de Polícia.¹¹⁵

Queixas das “algazarras ensurdecadora” dos praticantes que forçavam as famílias a não chegarem na janela não foram a única queixa feita pelos moradores. Transparece a raiva pela desobediência da recomendação feita pela polícia para que não se praticasse o futebol naquela área e a proibição dos populares de expressarem palavras consideradas pornográficas. Mas, em um caso específico acontecido em maio de 1919, a desobediência por não seguir as recomendações teve outra consequência:

O Dr. Severo Bonfim, delegado do 3º districto, tem preso ha dois dias, na sua delegacia, o menor Antonio Alves da Costa, residente a rua Pedro Americo n. 253, que, na rua dos Andradas, em companhia de outros cometia o crime... de jogar “foot-ball”.¹¹⁶

Tentou-se fazer parar o jovem Antonio Alves, sendo preso por duas vezes no mesmo dia por praticar o futebol na rua dos Andrada. A rua localizada na região central da cidade, adjacente as famosas ruas do Ouvidor, rua Buenos Aires, onde se calcava a passarela do requinte e da moda, era palco para a mais fina sociedade carioca, que presumivelmente, já devia contar com o aparato policial para qualquer possibilidade de desordem e convívio social com camadas pobres.

Nesse período, o artifício ideológico domesticador que se relacionou intimamente com o discurso científico, foi a disseminação pelo corpo social da imagem negativa dos pobres, considerada um vírus poderoso que naturalizava a condição social de uma classe e justificaria a exploração econômica, bem como o uso do aparato repressivo¹¹⁷. Dessa forma, faz-se necessário destacar para que se compreenda que os termos utilizados contra essas camadas não

¹¹⁵ *O football na rua: uma recomendação que não é cumprida*. A Rua: Semanario Illustrado (RJ). 7 de outubro de 1919.

¹¹⁶ O “football” na rua... O “seu” Severo não quer. A Rua: Semanario Illustrado (RJ). 19 de maio de 1919.

¹¹⁷ PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. Estudos avançados, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999. p. 183.

foram à toa: a semântica também foi utilizada como um fator disciplinador, cujo resultado foi a desqualificação das camadas pobres que passaram a significar subversão, imoralidade, degradação e doença. A doença não apenas no sentido físico, mas da deterioração da raça e da alma, que se traduzia na visão das elites, na vadiagem, no crime, no alcoolismo etc.¹¹⁸ Aborda Maria Helena Souza Patto sobre os termos perversos designados aos pobres:

Nos documentos oficiais, na imprensa, nos relatórios e pareceres dos especialistas vai-se constituindo um vasto rol de termos infamantes para designar os pobres: degenerados, anormais, selvagens, ignorantes, incivilizados, feios, desordeiros, rudes, grevistas, incapazes, preguiçosos, boêmios, anarquistas, brutos, irresponsáveis, desregrados, perniciosos, bêbados, farristas, decaídos, nocivos, arruaceiros, desocupados, marginais, deletérios, animalescos, simiescos, medíocres, sujos, libertinos, trapaceiros, parasitas, vadios, viciados, ladrões, criminosos.¹¹⁹

Alguns dos termos apresentados acima para difamar e acusar a população pobre são observados em sua maioria nas fontes impressas utilizadas nesse trabalho. Esses termos utilizados pelo aparato repressivo para classificar pessoas e comportamentos sociais indesejados é fundamental para observar os mecanismos de controle social em ação na sociedade brasileira.¹²⁰ É bem expressivo do processo de demonização do futebol praticado nas ruas cariocas pelos populares, e revela o projeto de civilização burguês que através do aparelho ideológico do Estado produz um discurso de higienização, calcado na hipocrisia, etnocentrismo e sobretudo no racismo, que aproveitando das relações estabelecidas na infraestrutura da produção social da cidade, tinham a finalidade de alienar, explorar e domesticar as massas, ditando o que os populares poderiam fazer ou não.

Ao passo disso, nesse período de metamorfose no Rio de Janeiro da época, a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse manchar a imagem de civilização da sociedade dominante foram um dos princípios a serem seguidos. A partir disso, a condenação de certos comportamentos e hábitos como, por exemplo, a serenata (e a boemia), aparecem como um desvio da moralidade. A serenata, acompanhada da sua principal figura, o violão, considerado um instrumento popular, foi caracterizado como um sinônimo de vadiagem. Sendo assim, a imprensa também incitava a atitude policial contra os seresteiros¹²¹.

¹¹⁸ Ibid. p. 184.

¹¹⁹ Ibid. p. 184.

¹²⁰ PATTO, Maria Helena Souza. Op. cit. p. 175.

¹²¹ SEVCKENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e a Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 32.

Além das reclamações com os praticantes da rua, também se observou uma insatisfação acerca da atitude policial que nada pôde fazer frente as “denúncias” de um morador, já que a definição do crime de vadiagem era ampla, e o futebol na rua não era qualificado oficialmente como crime. A nota “*Comissario... de borra*”¹²² de abril de 1918 do jornal *A Noite* nos mostra essa insatisfação com a autoridade oficial, além de alguns problemas consequentes de bolas improvisadas:

Esteve *hontem* nesta redacção o Sr. Americo de Lima [...], que nos pediu que chamássemos a atenção do Dr. Chefe de Polícia para os *matches* de football que ali se realizam a toda hora, com bolas feitas de *panno* velho. E o Sr. Americo de Lima nos mostrou nada menos que 12 bolas que encontrou *ante-hontem* entupindo o *conductor* da calha de água do seu telhado, por ocasião dos grandes aguaceiros, do que resultou com o extravasamento da água, ficar com vários moveis inutilizados.

As camadas populares continuavam a praticar o esporte nas ruas e fazendo uso de bolas improvisadas, como as do respectivo caso, feitas de pano, acabavam por acarretar certos problemas nas calhas dos telhados com as chuvas. O Sr. Americo ainda acrescenta outra informação na reportagem:

O Sr. Americo de Lima acrescentou haver ido queixar-se à polícia do 20º distrito, mas ali o comissário que o atendeu declarou nada poder fazer aconselhando, porém, o reclamante a mudar-se, uma vez que o provérbio assim determina. Assim, se o Sr. Americo não se quiser mudar que se queixe ao bispo.

O reclamante por mais que tenha levado as “provas” que ocasionaram o seu problema à polícia, recebeu do comissário que o atendeu a instrução para que ele se mudasse, já que não poderia fazer nada. Mas, diferentemente desse respectivo caso, o relato do episódio de tentar banir os praticantes das ruas acontecido em julho de 1918, descrito pelo jornal *A Noite*, teve um tom bem diferente:

Muito se tem clamado contra o “football” nas ruas, mas *dahi* não se infere que o modo de *cohibir* tais abusos seja a tiro de revólver. Pois foi a tiros que um *commisario* do 6º *districto* terminou *ante-hontem* com o jogo de “football” na rua Cesário Alvim, nas Laranjeiras. O *peor* foi que, fugindo os jogadores para dentro da avenida n. 146 *daquella* rua, foram até ali perseguidos pelo comissário, que levou a disparar a sua arma, como um alucinado, causando com isso grande pânico entre os moradores. E como se achassem algumas *creanças* na avenida, algumas senhoras ali residentes tiveram desmaios, julgando tratar-se de algum trágico acontecimento¹²³.

¹²² *O football na rua: Comissario... de borra*. Jornal *a Noite*. 12 de abril de 1918.

¹²³ *O Comissario havia enfurecido. Um match de football acabado a tiros de revólver*. Jornal *A Noite*. 25/07/1918.

A nota assume primeiramente que há um clamor por uma parcela da sociedade que é contra o futebol nas ruas cariocas e se reconhece que tal prática seria um abuso. Mas, que a “coibição de tais abusos” por tiros de revolver seria um excesso, principalmente pelo desconforto causado aos verdadeiros “bons” moradores que acabaram, inclusive, tendo desmaios.

A questão social foi tratada como um caso das autoridades policiais na capital federal durante esse período e tinham grande autonomia para resolução das questões envolvendo criminalidade¹²⁴. Neste cenário, a seletividade policial se direcionava para a camada pobre da população, onde a cor da pele se tornou um estereótipo. O problema da “vagabundagem”, motivo de intensa repercussão nesse momento, ancorava-se no modelo capitalista excludente e surge como um mecanismo de controle social eficiente, instigando principalmente, que as pessoas trabalhassem por quantias indignas. Dante Melero realizou um brilhante trabalho fazendo uma análise criminológica da *vagabundagem* nesse período de mudanças urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos estudos da época realizados pelo jurista, professor, jornalista e advogado negro Evaristo de Moraes, que se debruou nos estudos das patologias sociais e criminalidades da época. Consideramos também que o aparato policial na transição para a República funcionou como instrumento básico na tentativa de dominação das camadas pobres e agente disciplinador da modernização. E os sujeitos considerados “vadios” pelas autoridades eram geralmente:

[...] figuras portadoras de características quase homogeneizadas, ou seja, marcadas pela pobreza, pela péssima aparência física, pela mesma cor da pele e perseguidas pela contravenção de vadiagem. Todos símbolos do mesmo flagelo, rotuladas como imprestáveis ou desajustadas para cumprirem os desígnios da ordem social. Eram membros das “camadas perigosas”, reconhecidas assim pela própria pobreza.¹²⁵

A partir do trabalho apreende-se que a aplicação do código Penal aos sujeitos considerados “vagabundos” tinha imprecisões de ordem científica e conceitual, fazendo com que ela fosse útil aos ideários burgueses, podendo ser enquadrado aqueles que fossem subversivos à ordem que se queria preservar, aparecendo como instrumento para administrar as massas. É importante mencionar que os debates sobre a temática entre Direito Penal e a Psiquiatria da época colaboraram energicamente para o controle social, e deram impulsos para

¹²⁴ MELERO, Dante Lisandro Oliveira. *A urbanização do Rio de Janeiro na República Velha: uma análise criminológica da "vagabundagem" a partir da obra de Evaristo de Moraes*. 2012. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2012. p. 21.

¹²⁵ MELERO, Dante Lisandro Oliveira Op. Cit. p. 40

que as ações do Estado se sustentassem nas políticas de higienização do ambiente, nas ações contra os “elementos sociais instigadores” de crimes, sempre interpretando que pobreza e criminalidade formam laços potenciais¹²⁶. Assim, parte do controle social exercido pela polícia, era movida por estereótipos sociais, e atingia os grupos de maior vulnerabilidade, os indivíduos negros e pobres. A contravenção da vagabundagem, que se manteve por um longo tempo como recorde de prisões, vem com uma finalidade bem definida: além de garantir espaços de sociabilidades para os grupos dominantes, foi um corretivo para forçar os indivíduos ao modelo de trabalho assalariado. Enquanto o trabalho é considerado o pilar da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. E assim, como abordado anteriormente, o ocioso deveria ser combatido por ser um representante da depravação dos costumes¹²⁷. Portanto, o aparato policial juntamente de uma legislação penal funcionou como instrumento básico para garantir alguma dominação sobre grupos sociais subalternizados.

No centro dos debates da transformação do projeto burguês, em implementação na cidade, encontra-se a polícia, e no conjunto de estratégias da burguesia, a instituição desempenha, como levantado anteriormente, um papel de instrumento de ação e conseqüentemente, de dominação¹²⁸. Atender ou evitar uma infinidade de histórias cotidianas, principalmente com potencial dramático das multidões, é parte essencial da atividade policial da época. A abordagem do trabalho cotidiano policial no espaço que se constituía a diversificada capital do país, se inclina nas ações que dizem respeito as coletividades, envolvidos no conjunto de ameaças à ordem pública¹²⁹. Desde o século XIX, a polícia do Rio de Janeiro tinha como uma das suas principais finalidades da força policial a “manutenção” da ordem pública, e a identificação do que seria a boa ordem e o trabalho e a desordem e o não-trabalho. Uma das conseqüências práticas dessa associação entre o não trabalho e o crime, projetou uma potencial acusação aos cidadãos desempregados de classe baixa¹³⁰ e conseqüentemente das pessoas que estavam pelas ruas. As forças policiais do início do século XX tinham pouco ou nenhum treinamento formal, e desenvolviam suas habilidades a partir do cotidiano e no lidar com os acontecimentos eventuais da rotina. Logo, seus valores foram espelhados nas respostas obtidas de seus procedimentos e assim refletiam os dos grupos em

¹²⁶ MELERO, Dante Lisandro Oliveira Op. Cit. p. 46.

¹²⁷ Ibid. p. 75.

¹²⁸ BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. P.78.

¹²⁹ Ibid. p. 79.

¹³⁰ DE LIMA, Roberto Kant. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 56.

posição de autoridade, que no período estavam focados em definir comportamentos, principalmente o das pessoas pobres. Entretanto, a escolha da carreira policial já implicava um consentimento com certos tipos de valores sociais, geralmente associados à classe média emergente.¹³¹

2.2 – RUAS CARIOCAS E SEUS TRANSEUNTES: ESPAÇO PÚBLICO OU ARISTOCRÁTICO?

Os discursos presentes nas fontes jornalísticas analisadas nesse trabalho são elucidativos das características da recém instaurada república. A nossa inserção na vida republicana carregou a mancha do racismo e foi pautada pelo desejo de domesticar pela força e pela arbitrariedade as camadas populares. A construção do ideal republicano, definitivamente, não foi uma construção democrática e com penetração das massas.¹³² Em nossa primeira constituição republicana, considerada para muitos uma cópia da norte-americana, previa uma série de direitos políticos e civis aos cidadãos, mas que se transformava em letra morta diante da camada mínima de pessoas aptas a exercer a cidadania. Para se ter uma ideia, nas eleições para o governo federal em 1910, menos de 1% do eleitorado apareceu, em vista que o voto apenas era permitido para homens alfabetizados maiores de 21 anos. Na capital moderna que se idealizava construir uma Paris tropical, somente 20% da população alcançava os requisitos¹³³. Essa carência de protagonismo, nas vias institucionais, foi confundida com apatia, desinteresse e conviência do povo em relação ao futuro, mas revelavam as chances de participação extremamente limitadas, restringindo a inserção popular e privilegiando o ideário da ordem liberal que se estabelecia. Nesse ideário, os discursos bem como ações violentas e arbitrárias por parte da elite dirigente e seus aparatos, colocam em discussão os direitos dos indivíduos de exercerem a sua cidadania, e faziam do enfretamento (como a prática do esporte bretão nas ruas cariocas), um caminho para o povo reivindicar as ordens pré-estabelecidas. Ao mesmo tempo que a Carta Constitucional trazia direitos de cidadania, o Código Penal e outras leis complementares davam suporte à perseguição de pobres e outros considerados desajustados sociais, que estavam em trânsito pelo espaço público, principalmente no combate a considerada

¹³¹ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 145.

¹³² MELERO, Dante Lisandro Oliveira Op. Cit. p. 17.

¹³³ Ibidem.

inimiga inigualável, a vadiagem. Excluídos da vida política e sujeitos à seletividade das sanções penais estigmatizantes, a estrutura vertical da sociedade se alimentava cada vez mais.

Por mais que inúmeros registros de clubes (literários, regatas e futebol), teatros, casas lotéricas, jardins públicos, *derbis* e zoológicos aparecessem no cenário da área central da cidade do Rio de Janeiro, estas áreas de interações sociais e tais atividades tinham um público específico: as camadas privilegiadas da população. Essas interações sociais restritas deixam de forma mais nítida as características de discriminação, estigmatização e criminalização da própria pobreza¹³⁴. Em contrapartida, o restante da sociedade que não tinham acesso a esses programas praticavam suas atividades quase sempre de forma clandestina e combatidas por forças policiais, a exemplo, o jogo do bicho. Para terem a oportunidade de se manifestarem ludicamente e fazerem comemorações, as camadas populares praticavam essas atividades em espaços muito restritos, geralmente fora do centro da cidade e ainda assim, sob a supervisão da polícia. Os marginalizados dos espaços públicos específicos para entretenimento da cidade eram considerados inferiores (moralmente e economicamente) para ocupar tais espaços. A marginalidade referida às camadas populares, se relaciona com a estrutura social da época, situando-se nos termos da falta de acesso e usufruto das riquezas e benefícios disponíveis, conferido a essa camada características de subalternidade e inferioridade¹³⁵. Essas camadas subalternizadas estavam consequentemente excluídas socialmente, e eram desqualificados em diversos aspectos, inclusive na qualidade de cidadão, de sujeito portador de vontades e interesses.¹³⁶ Dessa forma, a falta de um lugar social na cidade para os sujeitos subalternizados envolve uma “anulação” social, que traria os discursos de indiferença e hostilidade por parte das camadas dominantes. Mas toda essa eficiência em se cercear o espaço físico da cidade, não impossibilitaria a identificação de alguns atos e áreas de resistência, como foi a prática do futebol nas ruas cariocas que permitiu a sua subsequente popularização ao longo dos anos.

Ao longo deste trabalho, analisamos o autoritarismo imposto pelas reformas urbanísticas de Pereira Passos que permeou a segregação social e racial na cidade do Rio de Janeiro. As medidas tomadas pelo governo no sentido de sanear a cidade sob o pretexto de construir o “bem-estar” que o mundo civilizado conclamava, acabaram por efetivar um processo violento de exclusão social e repressão. A expulsão da camada pobre do centro da cidade foi um dos atos na tentativa de cercear quem não deveria ter acesso às ruas da capital

¹³⁴ SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 80.

¹³⁵ Ibid. p. 39.

¹³⁶ Ibid. p. 81.

moderna, das atividades que a cidade passava a proporcionar, como também, permitir os caminhos da ocupação progressiva do espaço público para as elites. Como parte das características da estratégia de “regeneração” da cidade, almejava-se também a “regeneração social”, para efetivação de uma estrutura familiar burguesa mais sintonizada com o ritmo industrial inglês e com a moda francesa¹³⁷. A vida social elegante das camadas dominantes foram abandonando os salões e varandas, que caracterizaram por séculos a sociabilidade no país, para gradativamente ocuparem os espaços, ruas e locais públicos da cidade.

Logo, a reordenação espacial da cidade veio acompanhada de uma reordenação em termos de modos, princípios e valores que acompanhavam a modernidade. Espelhando-se na modernidade europeizada, se agregavam hábitos inspirados nos padrões europeus que modificariam o modo de falar, de se vestir (se chegou a ter uma lei de obrigatoriedade do uso de paletó e sapato na área central da cidade), de se divertir, que não era acessível para a sociedade carioca¹³⁸. Nessa expansão pela modernidade, o espaço físico do Rio de Janeiro desempenha papel fundamental, pois os valores disseminados condenavam o “atraso”, o “sujo” das ruas da capital, como pudemos observar através dos discursos nos periódicos que criminalizavam a prática do futebol nas ruas. Havia um esforço de ocultar da vista e do convívio da fina sociedade qualquer sintoma de desordem das áreas públicas, promovendo nelas o ideal da disciplina e da ordem¹³⁹, apoiado pelo aparato policial:

Destoar dos trajes cosmopolitas obrigatórios, não frequentar habitualmente bailes e cafés, [...] utilizar-se de linguagem não muito polida e cuidada, como a dos *smarts*, todos esses motivos e, o principal, pertencer às camadas mais pobres da população pareciam explicação suficiente para afastar qualquer um que se aventurasse a enfeiar a paisagem, “a cidade maravilhosa”, em que se procura transformar a capital. Nela não há lugar para operários, chamados imediatamente de “ladrões”¹⁴⁰

Estar na cidade moderna significava acompanhar a linguagem, os locais, bem como as roupas. Dessa forma, as camadas pobres eram consideradas inapropriadas para circular pela cidade, com risco de enfeiar a paisagem da “cidade maravilhosa” e tendo seus operários sendo considerados subversivos.

Reflexões acerca da reforma urbanística são cruciais para entender as ações e pensamentos da época, mas a reflexão sobre a reforma das mentalidades que se configurava no

¹³⁷ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op. Cit. p. 29.

¹³⁸ Ibid. p. 91.

¹³⁹ Ibid. p. 85.

¹⁴⁰ SUSSEKIND, Flora. *As Revistas do Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 56-57.

Rio de Janeiro, e consequentemente sobre o ordenamento espacial da cidade também se fazem necessárias para compreendermos os discursos violentos em relação aos pobres que praticavam o jogo da bola nas ruas cariocas. Para compreendermos a questão do espaço, sobretudo público, as relações sociais configuradas nele e a própria rua, consideraremos o trabalho de Roberto da Matta¹⁴¹ que dialoga sobre casa, rua, espaço e cidadania na sociedade brasileira.

Da Matta considera o espaço da “rua” como uma “categoria sociológica” fundamental para a compreensão da sociedade brasileira, definindo como:

“categoria sociológica” no sentido preciso de Durkheim e Mauss, como um conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui como seu código de valores e de ideias, sua cosmologia e seu sistema classificatório; e também para traduzir aquilo que a sociedade vive e faz concretamente – o seu sistema de ação que é referido e embebido no seus valores.¹⁴²

Assim, segundo o autor, cada uma das categorias sociológicas carregam um código de valores e ideais que também inferem em seus sistemas de ações. E a partir disso, carregaram outras questões, muita além de se configurarem simplesmente como espaços geográficos:

[...] “casa” e “rua” são categorias sociológicas [...] que não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, [...] domínios culturais, institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis e imagens esteticamente emolduradas.¹⁴³

Configurando-se como categoria sociológica capaz de se configurar como entidade moral, capaz de despertar emoções, reações e leis, podemos depreender os esforços pelo cerceamento do espaço público para as camadas dominantes, o empenho na perseguição dos considerados desajustados sociais, a importância do “combate à vadiagem” para tirar da ruas os elementos considerados “perigosos” para a ordem e os tons nas fontes impressas acerca do futebol na rua a fim de se preservar a ordem moderna.. Logo, a partir da visão sob o ângulo da rua no trabalho de Da Matta:

Leituras pelo ângulo da rua são discursos muito mais rígidos e instauradores de novos processos sociais. É o idioma do decreto, da letra dura da lei, da emoção disciplinada que, por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação.¹⁴⁴

¹⁴¹ DA MATTA, Roberto. A Casa e a Rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁴² Ibid. p. 12

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Ibid. p. 16.

A rua possui discursos rígidos e capazes de instaurar processos sociais novos. Possuidora de emoções, inclusive disciplinadas, ela promove a exclusão daqueles que não se encaixam nos processos sociais novos, e em nosso caso, as camadas subalternas não se encaixavam no projeto de modernidade que se buscava erguer, e consequentemente, sofriam com os discursos rígidos, exclusão e banimento. A partir desses apontamentos, podemos compreender de certo modo, o incomodo da prática do futebol na rua pelas camadas pobres. O espaço público além de ter sido reconfigurado para a modernidade, não era um espaço pensado para todos. E como ousaram ocupá-los, ao praticar o esporte nas ruas, sofreram com discursos rígidos e medidas de ações que utilizaram do aparato policial.

Assim, a estratégia de ocupação progressiva dos espaços públicos pelas elites cariocas com as tentativas de “confinamento” dos que vagavam pela cidade era elucidativa no novo processo social que queria se instalar na moderna capital federal:

[...] As proibições de cultos e festas populares nas ruas, bem como à remoção dos elementos humanos e urbanos “sujos” e de desordem, seguia-se a expansão das camadas mais favorecidas pela cidade. Aos poucos, a burguesia carioca se adaptava a seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais e ocupando as novas avenidas e locais públicos. A cidade nesse momento passou a fervilhar, numa contínua movimentação de hábitos elegantes em suas diversas partes, em atividades que varavam os dias e as noites. O ingresso não se limitava simplesmente às áreas públicas, mas também aos espaços tradicionalmente restritos às camadas menos privilegiadas.¹⁴⁵

Instituíram-se proibições, remoções das camadas subalternas do espaço central para que a expansão da elite pelas ruas da cidade pudesse ser favorecida. A cidade já com suas reformas urbanísticas, passou a ser local de movimentação, de propagar os hábitos elegantes, tanto nas vias públicas como nos locais tradicionalmente restritos. A exclusão social que corroía a cidadania dessa parcela marginalizada da sociedade da época vivia em embate, com o que conceitualmente foi desenvolvido pelo sociólogo Henri Lefebvre, o *direito à cidade*. Para o autor, que escreveu o livro em 1968, o projeto de cidade e o urbanismo são instrumentos utilizados pela burguesia para a modificação do espaço urbano, com o anseio de um espaço social harmonioso e normalizante. Com a intenção de preservar privilégios e sua própria reprodução social, agem para expulsar as camadas subalternas do centro urbano. A esse processo ele também chama de *destruição da urbanidade*, que busca a destruição do que seria a vida urbana em comum, o que pressupõe nas palavras do autor “encontros, confrontos das

¹⁴⁵ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op. Cit. p. 87.

diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, dos padrões que coexistem na cidade”¹⁴⁶.

Mas, faz-se necessário ressaltar que existia nas camadas populares o sentimento de insatisfação, que culminava em manifestações populares, seja contra os serviços da companhia de luz, do sistema de telefonia e da própria violência da polícia militar. Muito além disso, a despeito dos esforços empreendidos para que essa camada da população fosse viver longe do centro da cidade, para que a dominação pelas elites fosse alcançada, foi gradativamente contraposta em um movimento de resistência. A população “expulsa” voltava, consagrando um movimento de retorno ao seu “direito à cidade”¹⁴⁷. Os “agentes da desordem” foram ocupando os espaços, onde havia novos parques, lá estavam os “desordeiros. Se os jogos de azar eram proibidos nas ruas, iam para os botecos ou aos domicílios. Os morros eram ocupados. Nas largas avenidas de inspiração francesa, nos terrenos abertos, lá se revelavam os campos de futebol improvisados. Essa resistência também insistiu no futebol. As tentativas de reprimi-los e de conservar para uma elite o esporte mais popular do país atualmente, não conseguiria vencer o desejo do lazer das massas, tampouco a paixão que o esporte despertou, como anunciou a nota jornalística de maio de 1919: “Antes do campeonato, o football aqui já era doença: agora é uma grande epidemia, a coqueluche da cidade, de que ninguém escapa.”¹⁴⁸

¹⁴⁶ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969. p. 20.

¹⁴⁷ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Op. Cit. p. 93.

¹⁴⁸ “Football...”. *A Rua: Semanario Ilustrado* de maio de 1919

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol no Brasil, atualmente, é um fenômeno social de grande alcance e de muitos debates. Enquanto uns acreditam que o esporte desvia a atenção da sociedade dos problemas prioritários do país, outros apontam sua importância política e social incontestável e defendem que colocar o esporte como “ópio do povo” corresponde a uma visão unilateral e maniqueísta dos processos sociais¹⁴⁹. A partir da análise feita nesse trabalho, compreendemos que o futebol emana de uma elite sofisticada, introduzida por ingleses e com nenhum intuito de ludibriar interesses políticos ou sociais. Muito pelo contrário, ele vem como fator de modernização e como um hábito europeu a ser admitido, bem como preservado para e pela alta sociedade da época. Em um primeiro instante, quando os populares tentaram praticá-lo nas ruas, o futebol se apresentou como um mecanismo de exclusão revelador de discursos autoritários, restritivos e criminalizadores, vindos de uma camada abastada que condenava hábitos e costumes da cultura popular, conduzidos pela ideia de modernização que a capital do país assumia. A história de sua origem elitista pouco é conhecida pelos seus adeptos e torcedores brasileiros, e em tempos atuais, parece irreal que pessoas tenham sido presas e discriminadas por praticarem o esporte nas ruas no início de sua popularização no país.

Assim, a ideia de que o futebol faz parte natural da identidade do Brasil, sendo um esporte das massas brasileiras, nada tem a ver com a sua trajetória por um todo, e tampouco com o real processo de sua popularização. Ao analisarmos os recortes jornalísticos apoiadas em uma bibliografia historiográfica da época, vimos que a prática do futebol nas ruas pelas camadas pobres acompanha um período de reformas urbanísticas e de mentalidades que não abarcavam todos os habitantes da cidade. A partir da análise, depreendemos que os espaços públicos como a rua, não se constituem como meros espaços geográficos, se apresentando como uma espécie de entidade moral pela qual identificamos inúmeras violências que o povo subalternizado sofreu (e ainda sofre), evidenciando a falsa liberdade que a jovem República proporcionava. Dessa forma, o esporte não foi inicialmente praticado pelas massas ou parte integrante da cultura popular como é hoje. O processo de sua popularização foi marcado por um longo período doloroso de discursos e atos autoritários, repressivos e preconceituosos, tanto socialmente como racialmente.

¹⁴⁹ CALDAS, Waldenyr. *Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro*. Revista USP, n. 22, p. 40-49, 30 ago. 1994. p. 46.

Hoje, o futebol, as torcidas e principalmente os estádios, passam por um processo de elitização e embranquecimento que tornam a afastar as camadas populares da festa popular que se tornou. Os próprios clubes exercem cada vez mais comportamentos que não condizem com o processo do esporte das massas, cobrando preços exorbitantes por ingressos ou restringindo-os à sócios-torcedores que pagam por mês, até 25% de um salário mínimo em valores atuais. Na mesma linha, também estão os preços dos artigos esportivos e camisas dos clubes. Os estádios têm se tornado grandes palcos de espetáculos quase que teatrais. As arquibancadas no padrão FIFA extinguem os *geraldinos*, experiência que possibilitou a classe pobre uma manifestação ativa de existência e resistência na narrativa das grandes metrópoles, reafirmando por anos que o futebol é do povo. Esse esporte que é capaz de unir gerações, evidenciar emoções, seja nos estádios, nas casas, nos clubes, nos rádios, ou nas nossas milhares de ruas brasileiras, praticado por meninas e meninos é uma vitória do povo. Um esporte mobilizador de diferentes sujeitos em torno de um time em comum, precisa ser do povo. O futebol democrático resiste nas ruas. E não nos esqueçamos que o fator que fez o esporte se tornar o mais popular do país é calcado no enfrentamento das minorias pela liberdade de jogar, seja quem, com quem ou onde quiser, sustentando uma luta histórica contra os donos do poder: a luta da resistência, o ato ou efeito de resistir. O Futebol é para todos e do povo.

FONTES

A Época, edição do dia 19 de março de 1915

A Noite, edições do dia 22 de agosto de 1917, 12 de abril de 1918 e 25 de julho de 1918.

A Rua: Semmanario Illustrado do Rio de Janeiro, edições do dia 19 de maio de 1919, 5 de outubro de 1919 e 7 de outubro de 1919.

Correio de Manhã, edição do dia 22 de setembro de 1901.

Gazeta de Notícias, edição de 15 de junho de 1906.

Gil-Blas, edição do dia 2 de setembro de 1920.

Jornal do Commercio, edição de 16 de janeiro de 1911.

O Imparcial: Diario Illustrado (RJ), edição do dia 12 de julho de 1919.

O Paiz, edições do dia 28 de agosto de 1905 e 18 de dezembro de 1913.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, André Nunes. *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.10, p. 39-79, mai./ago. 2003.

BERMAN, Marshal. *TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR - a aventura da modernidade*. São Paulo. Companhia de Letras, 1986.

BILAC, Olavo. *Chronica*. Kosmos: Revista Artistica, Scientífica e Litteraria . Rio de Janeiro, anno 1, n. 3, mar. 1904. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kosmos/146420>

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CALDAS, Waldenyr. *Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro*. Revista USP, n. 22, p. 40-49, 30 ago. 1994.

CARVALHO, José M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice de. *Cidade e Fábrica: A construção do trabalho na sociedade brasileira*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Unicamp, 1983.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001

COSTA, Célio Juvenal; OLIVEIRA, Natália Cristina de. *Revista Fon-Fon!: retratos da sociedade carioca moderna no início do século XX*. XII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação. Paraná, jun. 2013. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_03/90.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

DAVID, Flávia Cristina; MEDINA, Eliana; DINIZ, Ana Paula Santos. *Direito à cidade: a desigualdade social no Rio de Janeiro na República Velha em um paralelo com o Rio de Janeiro Atual*. Revista Digital FAPAM, Pará de Minas, v.6, n.6, 107-119, dez. 2015.

DE LIMA, Roberto Kant. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DE MACEDO SANTANA, Fabio Tadeu; SOARES, Marcus Rosa. *Reformas Passos: cem anos de uma intervenção excludente*. Jornal O Globo, v. 5, p. 11, 2005.

DE MELLO, Alex Oestreich; BELTRAME, Éderson Cesar; HEBERLE, Milene Veiga Rossan. *O discurso sanitarista como discurso político e ideológico na República Velha*. Revista Historiador, v. 3, 2010

DE MELO, Victor Andrade. *Lazer, esporte e cultura urbana na transição dos séculos XIX e XX: conexões entre Paris e Rio de Janeiro*. Logos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 75-92, 2005

_____. *Remo, Modernidade e Pereira Passos: Primórdios das políticas públicas de esportes no Brasil*. Esporte e Sociedade, UFRJ, n. 3, p. 1-22, jul./out. 2006

FERNANDES, Fernando Lannes. *Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade*. Cidades, Presidente Prudente, v. 2, n. 3, p. 37-62, 2005.

FERREIRA, Valéria Corrêa Silva. Cidade e democracia: o espaço urbano, os direitos fundamentais e um novo conceito de cidadania. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 103, ago. 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-103/cidade-e-democracia-o-espaco-urbano-os-direitos-fundamentais-e-um-novo-conceito-de-cidadania/>. Acesso em: 15 out. 2019.

HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte – O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. P. 21

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *Construindo a Cidade Moderna: A introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 17-40, jul. 1999. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2086>>. Acesso em: 03 Out. 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LOBO, Eulalia Maria Lahmayer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MAGALHÃES, Eduardo de. *Gymnastica infantil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.

MALLMANN, Marcela Cockell. *Pelos Becos e pela Avenida da Belle Époque Carioca*. Soletas, São Gonçalo, Ano X, nº. 20, p.105-118, jul./dez. 2010

MELERO, Dante Lisandro Oliveira. *A urbanização do Rio de Janeiro na República Velha: uma análise criminológica da "vagabundagem" a partir da obra de Evaristo de Moraes*. 2012. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2012

MURICY, Katia. *A Razão Cética. Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. Estud. av., São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, abr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2019.

ROCHA, Oswaldo Porto; DE AQUINO CARVALHO, Lia. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995

SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 78-88, jul. 1993. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1950/1089>>. Acesso em: 06 out. 2019.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e a Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995

XAVIER, Priscilla Oliveira. *Análise de discurso da Cidade Maravilhosa*. Belo Horizonte: Anais ENANPUR, v. 16, n. 1, 2015.

XAVIER, Priscilla Oliveira. *Cidade Maravilhosa: discursos entre o imaginário e o mito*. Anais ENANPUR, v. 16, n. 1, 2015.